Revista da

ADB

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros (ADB) e da ADB Sindical
Ano XX nº 98 • Abril a Setembro de 2018

Presidenciáveis apresentam propostas para a politica externa

Memória — Turma IRBr 2008 presta homenagem ao saudoso colega Alex

Gênero — ADB celebra a efeméride "Um século de mulheres no Itamaraty"

Jornada Maria José de Castro Rebello: um século de mulheres diplomatas no Itamaraty

Em 27 de setembro de 1918, a baiana Maria José de Castro Rebello Mendes, tornou-se a primeira funcionária pública concursada do Brasil, ao ser aprovada em primeiro lugar no concurso para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

Para celebrar o pioneirismo e a coragem da primeira diplomata brasileira, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), com apoio do Grupo de Mulheres Diplomatas do MRE, realizará em 27 de setembro, a exatos 100 anos de sua posse, a "Jornada Maria José de Castro Rebello: um século de mulheres diplomatas no Itamaraty".

A embaixadora Vitória Cleaver será expositora e coordenadora da mesa "Desafios para um novo século: a ascensão funcional das mulheres diplomatas" e concedeu entrevista para o documentário "Um século de mulheres diplomatas", produzido pelo Grupo de Mulheres.

MRE - Anexo II
(Auditório Paulo Nogueira Batista)

27 de setembro de 2018
Das 9h às 13h

DIRETORIA DA ADB

Presidente: Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Diretor Administrativo: Ministro Fabio Mendes Marzano
Diretor de Estudos e Pesquisas: Conselheiro Eduardo Pereira e Ferreira
Diretor Parlamentar: Secretário João Ernesto Christófolo
Diretor Financeiro: Secretário Rafael Gurgel Leite
Diretora Jurídica: Secretária Letícia Frazão Alexandre de Moraes Leme
Diretor de Eventos: Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos
Diretor de Comunicação: Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

CONSELHO FISCAL

Ministro Paulo Roberto de Almeida
Secretária Letícia Frazão de Moraes Leme
Secretário Carlos Augusto Rollemberg de Resende

SECRETARIADO

Térsio Arcúrio – Gerente administrativo
Jacqueline Francisca da Cruz – Assistente administrativa
Danielle de Sousa Sabiá - Assistente administrativa

EXPEDIENTE/SUMÁRIO

Revista da Associação dos Diplomatas Brasileiros e da ADB Sindical
Ano XX – Nº 98 | Edição Abril - Setembro de 2018
ISSN 0104–8503

CONSELHO EDITORIAL
Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

TEXTOS
Embaixador Affonso José Santos
Embaixador Edson Marinho Duarte Monteiro
Embaixador Guilherme Luiz Leite Ribeiro
Embaixador Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos
Embaixador José Antônio de Macedo Soares
Embaixador Pedro Luiz Rodrigues
Embaixadora Vitoria Alice Cleaver
Ministro Paulo Roberto de Almeida
Conselheira Vanessa Dolce de Faria
Secretário Eduardo Roedel Fernandez Silva
Secretário Francisco Figueiredo de Souza
Secretário Hamad Mota Kalaf
Secretária Maria Eduarda Paiva Meira de Oliveira
Secretário Santiago Pinto
Secretária Sarah de Andrade Ribeiro Venites
Turma 2008 do Instituto Rio Branco
Thássila Rocha Uatanabe
Carolina de Macedo Soares

EDIÇÃO/REVISÃO
Ronaldo de Moura

PROJETO GRÁFICO
Wagner Ulisses / Cristian Lisboa

DIAGRAMAÇÂO
Cristian Lisboa

PRODUÇÃO EDITORIAL
Gestão Criativa – Soluções de Comunicação Integrada

IMPRESSÃO
Athalaia Gráfica e Editora

TIRAGEM
2.000 exemplares

04 Carta aos(as) associados(as)
06 Gestão em foco
09 Bastidores da diplomacia
12 Pelo mundo
14 Espaço da família
17 Gênero
20 Capa
23 Dia do diplomata
24 Gestão de pessoal
26 Crônica
30 Memória
35 Comunicação
36 Temas Sociais
40 Literatura
44 Memória
45 Humor
46 Prata da casa
50 Cruzadas

Balanço de gestão e apresentação da revista

ADB Divulgação

Caros(as) leitores e leitoras,

No dia 30 de agosto, em assembleia geral ordinária, foi eleita a Diretoria e o Conselho Fiscal da ADB para o biênio 2019-2020. Desejo à nova presidente, Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues, e aos demais diretores(as) e conselheiros(as) muitos êxitos (cfr. Gestão em Foco). A nova Diretoria será empossada em 22 de novembro próximo, logo após sua eleição para a ADB Sindical, em assembleia ordinária.

Quatro anos se passaram desde que assumi a presidência da ADB em 2015. Quero agradecer aos diretores que comigo trabalharam e aos colegas que conosco colaboraram em diferentes momentos, sem cuja tenacidade, entusiasmo, dinamismo e dedicação incansável às causas da ADB, não teriam sido possíveis tantas realizações.

Deixamos uma ADB organizada, cujos serviços foram aprimorados pela contratação da Zilmara Consultoria Jurídica, que veio reforçar a parceria na área mantida desde 2002 com o Escritório Torreão e Braz Advogados; da In Press, no campo da comunicação, somando-se à atuação da Gestão Criativa e da CT Comunicação; e da Queiroz Assessoria Parlamentar, na área parlamentar.

O site da ADB foi melhorado; foi criado o e-ADB e aperfeiçoada a gestão de nossas redes sociais, a fim de nos comunicarmos melhor com os públicos interno e externo. Nossa revista quadrimestral foi modernizada, todas as suas edições foram digitalizadas, e a publicação passou a abordar temas de interesse da carreira, como a promoção da diversidade nos quadros do MRE e da igualdade de gênero, o repúdio ao assédio, dentre outros temas atuais, que não podem escapar à agenda da ADB Sindical.

A promoção e defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais de nossa categoria foram forta-

lecidas pela criação do Sindicato dos Diplomatas, cujo registro foi concedido em 19 de dezembro de 2017 pelo Ministério do Trabalho. Nossa entidade é hoje mais representativa pela ampliação do número de associados para 1606, número que, entretanto, não representa ainda a totalidade dos diplomatas. A ADB deveria congregar toda a categoria e seria desejável uma participação mais ativa de seus associados, sobretudo nas assembleias, mediante o envio de um número maior de procurações, nas votações eletrônicas e nas iniciativas da entidade.

Uma importante área de atuação no período foi a interlocução com o Congresso Nacional. Criamos a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Diplomacia (Frediplo) e agimos também em apoio à Afepa e às entidades representativas de carreiras de Estado como o Fonacate, ao qual voltamos a nos filiar, para que o encaminhamento de temas como a Irex, a RF e as negociações salariais se alinhassem aos nossos interesses.

Na área de estudos e pesquisas a ADB diversificou e ampliou o número de convênios com as escolas internacionais em Brasília, em apoio à preocupação dos associados com os custos da educação tanto no Brasil quanto no exterior. A Associação também empreendeu ações na área da revalidação e reconhecimento de diplomas de cursos de graduação e pós-graduação estrangeiros e da transferência de alunos de universidades do exterior para universidades no Brasil, em especial a Universidade de Brasília.

Permanecem na agenda alguns desafios ainda sem solução como as questões do efetivo pagamento da ação de conversão da licença-prêmio em pecúnia; da eliminação da cobrança de taxas exorbitantes pelo Banco do Brasil; do aperfeiçoamento da portaria que instituiu o ponto eletrônico; e da reforma do SEB, especialmente no que tange à progressão funcional, reenquadramento salarial e auxílio educação.

Espero que desfrutem da leitura da edição 98 de nossa revista, cuja matéria de capa traz uma análise das propostas dos presidenciáveis para a política externa, de autoria do embaixador aposentado e jornalista Pedro Luiz Rodriguez.

Na seção ”Bastidores da Diplomacia”, a embaixadora aposentada Thereza Quintella inaugura a participação das mulheres no ciclo de palestras ”Percursos Diplomáticos”, promovido pela Funag, Ipri e IRBr. Na seção “Comunicação”, registra-se o lançamento da 10ª edição da Revista JUCA, em que a turma Bertha Lutz do IRBr analisa os 30 anos da “Constituição cidadã”.

Em “Literatura”, o embaixador aposentado e ex-presidente da ADB, José Antônio de Macedo Soares, nos apresenta “Camões e Machado de Assis no Palanque, uma seleta de citações para uso e abuso em tempos de eleição”. Macedo Soares e Carolina nos prepararam 30 palavras cruzadas sobre protocolo, cerimonial e afins. Testem seus conhecimentos.

No espaço “Memória” são relembrados dois colegas que nos deixaram recentemente: O Alex (Alexandre Siqueira Gonçalves), da turma de 2008 do IRBr, e o embaixador Ivan Velloso da Silveira Batalha, da velha geração de diplomatas.

Na seção “Pelo Mundo” publica-se entrevista com representantes da embaixada da China sobre a estrutura da diplomacia chinesa, que conta entre 5,5 mil a 6 mil diplomatas selecionados por meio de testes de competência profissional, exames físicos e inspeções.

O “Espaço da família” trata dos desafios para o cônjuge do diplomata a partir da transferência do companheiro(a) para o exterior e da necessidade de aprimorar o diálogo entre Estados para lidar com os conflitos que envolvem relações privadas internacionais, tais como segurança previdenciária, educação dos filhos, revalidação de diplomas, convênios com instituições de ensino, autorização de trabalho para o cônjuge e dependentes, entre outros.

Na seção “Mulheres”, ao se completarem 100 anos da entrada de Maria José Rebelo Mendes nos quadros do serviço exterior brasileiro como terceiro oficial, seu filho, Embaixador aposentado Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos, relembra as reações contrárias à sua nomeação e a repercussão negativa na imprensa que a nomeação de sua mãe acarretou.

Em “Temas Sociais, publicamos um artigo, que homenageia Nelson Mandela em seu centenário. Recomendo, por fim, a leitura da excelente crônica sobre “Lolô Bernardes em Manila”.

Vitoria Alice Cleaver,
presidente da ADB e da ADB Sindical.

ADB renova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal

A embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues foi eleita para presidir a ADB no biênio 2019/2020. A assembleia geral ordinária também elegeu, no dia 30 de agosto, os integrantes da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da associação.

Os(as) diretores e conselheiros(as) fiscais tomarão posse em novembro, quando será eleita a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da ADB Sindical.

Confiram a lista dos(as) diplomatas eleitos(as).

Diretoria Executiva

Presidente: Embaixadora Maria Celina de Azevedo Rodrigues
Vice-Presidente: Ministro Fabio Mendes Marzano
Diretor Administrativo: Ministro Kenneth Félix Haczynski da Nóbrega
Diretor de Estudos e Pesquisa: Conselheiro Eduardo Pereira e Ferreira
Diretor Jurídico: Secretário Thiago Couto Carneiro
Diretor Parlamentar: Conselheiro Franklin Rodrigues Hoyer
Diretor Financeiro: Secretário Rodrigo Ponciano Guedes Bastos dos Santos
Diretor de Comunicação: Secretário Felipe Neves Caetano Ribeiro

Conselho Fiscal

Conselheiro João Zicardi Navajas
Conselheiro Gustavo de Sá Duarte Barboza
Secretária Camila Serrano Giunchetti Pio da Costa

ADB Divulgação

Diplomatas comemoram criação da ADB Sindical

A cerimônia comemorativa de criação da ADB Sindical aconteceu no dia 3 de julho, no Clube das Nações, com ampla participação de diplomatas, de representantes de outras associações e de sindicatos de classe e do ministro de Estado das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. O evento celebrou a criação de um sindicato próprio para defender os interesses específicos da carreira diplomática.

A presidente da ADB e da ADB Sindical, embaixadora Vitoria Alice Cleaver, destacou as conquistas da associação nos últimos anos, convidou todos(as) os(as) diplomatas para participar ativamente das ações das duas entidades e convocou os(as) filiados(as) para votar nas eleições para a nova Diretoria Executiva do sindicato da categoria, em novembro de 2018.

Confiram as fotos da cerimônia no Flickr do MRE: www.flickr.com/mrebrasil.

ADB Sindical contesta manifestações do Sinditamaraty

A nota publicada no dia 29/6/2018 refuta as novas especulações lançadas pelo Sinditamaraty contra a criação de um sindicato para defender os interesses dos diplomatas. O pronunciamento público esclarece mais uma vez que a ADB Sindical representa, com exclusividade, os interesses da carreira diplomática e conta com registro definitivo concedido e publicado pelo Ministério do Trabalho no Diário Oficial da União, em 19 de dezembro de 2017.

A nota reitera que, a partir do deferimento de seu registro sindical, a ADB Sindical adquiriu personalidade jurídica sindical exclusiva para promover a defesa dos direitos e interesses coletivos e individuais da categoria por ela representada nas esferas judiciais e administrativas, conforme determinado pela Constituição Federal, em seu artigo 8, inciso III.

A ADB Sindical também destacou na nota que todas as contestações contrárias não foram acolhidas pelo Poder Judiciário pelo Ministério Público do Trabalho e pela União. Desse modo, na condição de representante único e legítimo dos diplomatas ativos e aposentados, a entidade lamenta profundamente as insistentes especulações feitas pelo Sinditamaraty.

Nota disponível em: adb.org.br/nota-adb-sindical

Pauta de reivindicações apresentada ao ministro de Estado

O ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, recebeu a diretoria da ADB e da ADB Sindical no dia 29 de agosto. Nesta reunião foram levantadas questões de interesse da categoria como a proposta de nova lei do serviço exterior e as reformas para assegurar o fluxo de carreira aos diplomatas mais jovens.

Desconto nas mensalidades da Escola Britânica

O convênio firmado entre a ADB e a *British School of Brasília* foi renovado para o ano letivo com início em agosto de 2018 e término em julho de 2019. A parceria prevê desconto único de 10% nas mensalidades escolares (*tuition fee*), não cumulativo com outros benefícios oferecidos pela instituição escolar, para os filhos(as) de associados(as) da ADB e da Associação dos Familiares dos Servidores do Itamaraty (AFSI).

As pessoas interessadas deverão procurar a Escola Britânica e apresentar a carteira de associado(a) e uma carta de recomendação da ADB e/ou da AFSI para desfrutar do desconto nas mensalidades.

Gestão das redes sociais da ADB Sindical

O contrato com a In Press — Assessoria de Imprensa foi ampliado para incluir a gestão das redes sociais da ADB e da ADB Sindical. O objetivo da diretoria é aprimorar seu contato com os filiados e promover uma divulgação mais realista do cotidiano da carreira diplomática junto à sociedade em geral. O termo aditivo firmado com a empresa de comunicação foi assinado em agosto deste ano.

Documentário sobre centenário das mulheres diplomatas

ADB Divulgação

A embaixadora Vitoria Alice Cleaver, presidente da ADB Sindical, concedeu entrevista para o documentário "Um século de mulheres diplomatas", no dia 14 de julho. O projeto é uma iniciativa do Grupo de Mulheres Diplomatas do Ministério das Relações Exteriores.

A ADB Sindical apoiou e contribuiu financeiramente com a produção do documentário, haja vista a relevância do tema para toda a carreira diplomática. "Este projeto vai ao encontro da nossa intenção de estar cada vez mais próximos dos(as) filiados(as) e em defesa de um Itamaraty cada vez mais diverso e representativo, sobretudo no centenário do ingresso da primeira mulher diplomata na carreira", afirmou a embaixadora Vitoria Cleaver.

Debate sobre o ponto eletrônico

A diretoria da ADB dialogará com a Administração para debater formas de aperfeiçoar a implementação do ponto eletrônico. Este diálogo será subsidiado por um estudo da portaria do Ministério das Relações Exteriores, que será elaborado pela assessoria jurídica da associação.

A assembleia geral extraordinária que discutiu o tema do ponto eletrônico foi realizada a pedido dos diplomatas associados no dia 14 de agosto, no auditório Paulo Nogueira Batista. A medida administrativa, conforme inicialmente implementada, adotada pelo Itamaraty recebeu tanto apoio quanto críticas dos participantes. Ao final da discussão, prevaleceu a proposta de propor ajustes na portaria que implantou o ponto eletrônico no Ministério das Relações Exteriores.

> "A ADB, conforme decidido em assembleia, analisará formas de aprimorar o ponto eletrônico"

Embaixadora Quintella inaugura participação feminina em ciclos de palestras

A Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella foi a primeira mulher a ser convidada para as palestras *Percursos diplomáticos*, promovidas pela Funag, IPRI e IRBr. Sua trajetória, singular em relação aos demais embaixadores convidados, cativou a Turma 2016 2018 do Instituto Rio Branco. Não por outra razão, a futura Turma Marielle Franco terminou por convidá-la para a missão – magistralmente desempenhada – de paraninfa.

Thereza Quintella ingressou na carreira, em 1958, por meio de concurso do Instituto Rio Branco. Aposentou-se em 2008, aos 70 anos. Foram 50 anos dedicados à diplomacia. A embaixadora credita ao acaso seu ingresso no Itamaraty: foi influência da colega Carlota e consequência de sua dedicação aos estudos, com o auxílio do Curso Alfa, no Rio de Janeiro. A vida de dedicação à diplomacia parece ter sido, então, caso de amor à segunda vista, mas amor verdadeiro. A embaixadora foi enfática: "se algum dia houver decepções, vejam bem se não é com as pessoas e não com a instituição; não é o Itamaraty".

A embaixadora afirmou que, durante o curso de formação no Instituto Rio Branco, não sentia o machismo, a misoginia. Os alunos ficavam (como hoje permanecem) isolados, em um prédio a parte, sem muito contato com a realidade da Secretaria de Estado. Além disso, havia, naquele momento, mulheres em posições de evidência. A chefe do Departamento Político era uma mulher, a Embaixadora Odette de Carvalho e Souza que estava ali, ainda segundo Quintella, possivelmente por causa de seu vigoroso anticomunismo.

Arthur Max/AIG-MRE

Questão de gênero

Uma das novidades, para muitos no auditório para os alunos do IRBr, certamente , foi o fato de a embaixadora dispor-se a falar abertamente sobre a questão das mulheres no Itamaraty. O assunto, que parece tabu, foi tratado com o bom humor que deu a tônica de todo o evento, sem deixar de lado o necessário olhar crítico quanto à baixa representatividade feminina no ministério. A embaixadora explicou que, antigamente, existiam três carreiras: a da Secretaria de Estado (SERE), a do corpo consular e a do corpo diplomático. Na SERE, entrou Maria José de Castro Rebello Mendes, com parecer de Rui Barbosa, em 1918. Foi a primeira.

Em 1931, houve uma reforma, na qual se eliminou a carreira da SERE. Entendeu-se ser importante que todos voltassem, eventualmente, ao Brasil e fizessem uma espécie de reciclagem. Estabeleceram-se, apenas, os corpos consular e diplomático. Naquele momento, havia 19 mulhe-

res na carreira: todas destinadas ao corpo consular. Em 1938, quando se fundiram os corpos diplomático e consular e, ato contínuo, se criou a carreira de diplomata, "coincidentemente" desapareceu a possibilidade de acesso à carreira pelas mulheres. Assim permaneceu o Itamaraty, de 1938 a 1954: fechado às mulheres.

Segundo Quintella, o Itamaraty nunca foi inovador, mas também nunca foi retrógrado. Ainda assim, uma vez formada, a jovem diplomata descobriu o quanto o ministério podia ser machista. Na turma, eram duas mulheres. A revista feminina *Lady* chegou a publicar artigo intitulado "Os cisnes do Itamaraty", em referência a elas. Quando chegou o momento da primeira lotação, ambas foram colocadas no Departamento Consular, que era visto como menos importante e menos apreciado.

A jovem diplomata ficou, então, cuidando de passaportes — sua chefe, uma daquelas 19 mulheres pioneiras no Itamaraty — comprometeu-se a ajudá-la a buscar outra lotação. Quintella chegou a comentar com uma amiga, sobrinha de Azeredo da Silveira, que não estava satisfeita. Ele soube disso e afirmou que a carreira consular era muito boa para as mulheres. Redimiu-se, depois, ajudando-a em uma de suas promoções. Em tom jocoso, a embaixadora salientou que, mesmo assim, era machista. Arrancou risadas do auditório.

Conselho da embaixadora

A exposição da embaixadora foi rica em detalhes históricos, sem deixar de contemplar e, de certa forma, homenagear nomes importantes em sua trajetória. Otávio Dias Carneiro e Osvaldo Lobo foram chefes bastante elogiados. Um dos valiosos conselhos, aliás, às jovens gerações de diplomatas foi: "cuidem-se dos chefes 'bonzinhos', camaradas, mas indiferentes à sua carreira e que não te ajudam nas horas difíceis, que são remoção, lotação, quadro de acesso e promoção. Os melhores chefes são aqueles que exigem muito da sua competência".

Sobre Postos no exterior, segundo a embaixadora, o pior Posto é aquele em que não se tem trabalho, ou onde não dão ao servidor condições

Funag

de trabalhar. Trabalho é fundamental. Uma vantagem (ou desvantagem) da carreira é que nada é permanente. Ao discorrer sobre sua experiência no exterior, chamou atenção o episódio em que foi removida para Bahía Blanca. Sem muitas informações sobre as condições de trabalho no Posto, aceitou partir, apenas se dando conta da enrascada quando era tarde demais. Serviu, também, em Bruxelas, Montevidéu, Londres, Viena, Moscou e Los Angeles.

Em determinado momento de sua exposição, ao tratar da experiência como diretora do Instituto Rio Branco, a embaixadora esboçou dúvida sobre o porquê do apelido "Dama de ferro". Bem-humorada, disse que preferia acreditar que seria referência ao fato de estar chegando de Londres. Tampouco sabemos o motivo, mas, se a história da participação das mulheres no Itamaraty nos permite imaginar (e permite), podemos crer que seja, mesmo, pela rigidez no exercício da profissão. Afinal, para que uma mulher tenha êxito em sua carreira profissional, não basta ser competente. É preciso ser mais competente, mais qualificada, mais correta, mais merecedora que qualquer homem na mesma posição.

Outras histórias

Muitos pontos ficaram de fora deste texto, mas não de nossa reflexão. A nota crítica da imprensa sobre a pouca experiência da diplomata encarregada dos assuntos relacionados à Ásia; a viagem para participar da II Unctad; a oportunidade (perdida) de assistir a um desfile da Dior, que levou o auditório às gargalhadas; a promoção a conselheira "apesar de ser mulher"; o trabalho na divisão de imigração, apesar das resistências por ser mulher; a experiência na coordenadoria técnica; a chefia da delegação à III Conferência Mundial sobre a Mulher, em Nairóbi; a atuação como presidente da Funag; o importante trabalho executado em Viena; a missão aos países bálticos; o "matriarcado" brasileiro na Rússia; entre outros.

Todos estes tópicos foram tratados de maneira leve e despretensiosa e tornaram a palestra da Embaixadora Thereza Quintella um dos eventos mais marcantes para a nossa turma do IRBr e, acreditamos, para muitos dos presentes.

Felizmente, o evento foi gravado e permanece à disposição do público no canal da Funag no YouTube. Aos que perderam a oportunidade de estar no auditório, fazemos um convite para assistir ao vídeo e continuar, com o mesmo espírito crítico e construtivo da nossa paraninfa, esse tão importante diálogo.

Funag

A embaixadora Thereza Quintela foi "sabatinada" pelos diplomatas que participaram da palestra promovida pela Funag, IPRI e IRBr

Sarah de Andrade Ribeiro Venites, Terceira-secretária, lotada na Divisão de África Austral e Lusófona
Hamad Mota Kalaf, Terceiro-secretário, lotado na Divisão do Golfo e da Península Arábica
Santiago Pinto, Terceiro-secretário, lotado na Divisão do Caribe

Estrutura da diplomacia chinesa em destaque

A **Revista da ADB** entrevista nesta edição representantes da Embaixada da China, em Brasília, que forneceram informações sobre os mecanismos de funcionamento e as políticas de pessoal do Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China.

O processo de seleção do pessoal diplomático não estabelece restrições de gênero e, anualmente, mais de 100 pessoas são selecionadas para participar de programas de estudos avançados. Atualmente, a China possui um efetivo de 5,5 mil a 6 mil diplomatas, sendo que, neste ano, cerca de 180 novos profissionais serão incorporados ao corpo diplomático.

Aluisio Moreira/ SEI

Diplomatas chineses promovem cerimônia de abertura do Consulado Geral da República Popular da China em Recife

Qual é a missão do Ministério das Relações Exteriores da China?

O Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China é responsável pela implementação das diretrizes e políticas diplomáticas, salvaguardando a soberania, a segurança e os interesses nacionais do país e promovendo a paz e o desenvolvimento mundial.

Qual é o efetivo do corpo diplomático na China e no mundo?

O número total de diplomatas da China que trabalham tanto no país quanto no exterior varia entre 5,5 mil a 6,0 mil pessoas.

Qual é a estrutura do serviço exterior chinês?

Possuimos 28 departamentos no ministério, incluindo instâncias com responsabilidade sobre assuntos bilaterais e regionais América Latina e Caribe, América do Norte e Oceania, Europa e África —; os departamentos responsáveis por assuntos multilaterais Nações Unidas, Organizações e Conferências Internacionais, Economia Internacional —; e departamentos de classe profissional e técnica, como Controle de Armas e Desarmamento, Tratados e Leis, Assuntos das Fronteiras e Marítimos, Informação, Protocolo, Assuntos Consulares e Tradução e Interpretação.

Há também o departamento responsável pela formulação de políticas externas envolvendo as Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e de Macau e de Taiwan; os departamentos de gestão administrativa, como Pessoal, Administração e Financeiro. Cabe ao Departamento de Pessoal a gestão dos recursos humanos e planejamento de treinamento dos funcionários diplomáticos no ministério e nas missões diplomáticas chinesas no exterior.

Como é o processo de seleção e admissão de diplomatas?

O recrutamento de funcionários públicos no Ministério dos Negócios Estrangeiros segue o princípio de "abertura, justiça, competição e mérito". Não há restrição de gênero dos candidatos e o contrato dos candidatos depende dos resultados de seus testes, exames físicos e inspeções.

O teste de competência profissional baseia-se no conhecimento profissional e na qualidade abrangente. O conteúdo dos testes varia de acordo com os Postos. Geralmente, os candidatos precisam participar de exames de conhecimento e de habilidade, que verificam as capacidades de análise e de expressão escrita do candidato, bem como um teste oral de língua estrangeira. A aferição do domínio de uma língua estrangeira é feito a partir de um exame de escuta, fala, leitura, escrita, tradução, entre outros aspectos.

O ministério analisa outros aspectos no processo de seleção?

Sim. Os candidatos para os Departamentos de Administração e Finanças são, por exemplo, sujeitos

a testes profissionais, destinado ao exame do conhecimento profissional e à aplicação da prática associada ao cargo. Já a inspeção baseia-se nos requisitos do Posto e destina-se ao conhecimento abrangente da qualidade moral, capacidade e halidade, cumprimento da lei, autodisciplina, desempenho no estudo e trabalho. Isso é feito por meio de investigação de campo, acesso a arquivos, testes psicológicos, entre os outros meios.

Os quadros da diplomacia chinesa são renovados periodicamente?

Em 2018, o ministério planeja recrutar 181 pessoas. Os candidatos vão participar, inicialmente, dos exames nacionais escritos em assuntos específicos para o serviço público. Depois, cabe às autoridades do serviço público central selecionar os candidatos para o teste de competência profissional e para a entrevista no Ministério dos Negócios Estrangeiros, de acordo com a proporção de entrevistadores de cada posto e com base da ordem descendente dos resultados de testes escritos. Os candidatos para oito posições de linguagens não universitárias, ou seja, português, japonês, francês, russo, espanhol, árabe, alemão e coreano, também devem ser submetidos ao teste de proficiência dos idiomas correspondentes.

Como é o sistema de lotação dos funcionários nos Postos?

Em termos de atribuição de trabalho, os recém-recrutados são designados para as missões diplomáticas chinesas no exterior ou para os departamentos no ministério após participar do treinamento inicial. A distribuição ocorre em função das exigências dos Postos e das características pessoais.

O pessoal diplomático deve se revezar entre Postos no país e no exterior. A obediência aos critérios para lotação no exterior, sempre que houver necessidade, é um dever próprio dos diplomatas. Em princípio, os novos funcionários são enviados às embaixadas e aos consulados da China nas áreas mais difíceis por ocasião de suas primeiras missões no exterior.

Como funciona a capacitação do pessoal diplomático na China?

O Ministério dos Negócios Estrangeiros estabeleceu um sistema de treinamento relativamente completo que abrange todos os níveis de funcionários em todos os Postos tanto no país quanto no exterior. Atualmente, mais de 100 funcionários são selecionados por ano para programas de estudos avançados a longo prazo ou de curta duração no exterior, incluindo mestrado e doutorado. Além disso, os funcionários também podem participar voluntariamente de processos de aprendizagem em seus locais de trabalho durante o tempo livre disponível.

Qual é a legislação que rege o serviço exterior na China?

A Lei da República Popular da China sobre Pessoal Diplomáticos foi aprovada, em 2009, durante a 11ª reunião do Comitê Permanente do Congresso Nacional do Povo, com base na Constituição da República Popular da China e na Lei do Serviço Civil.

A legislação salvaguarda os direitos e os interesses do pessoal diplomático e foi elaborada com o propósito de formar pessoal diplomático de alta qualidade. A lei também assegura que as missões diplomáticas no exterior cumpram suas funções.

Estes dispositivos legais regulam a gestão do pessoal diplomático no exterior e estabelecem, ainda, os deveres, obrigações e direitos do diplomatas que servem no exterior, bem como os conteúdos relativos às suas funções, títulos, testes, treinamento e intercâmbio, além de recompensas e punições, salários e benefícios, entre outros aspectos.

Dênio Simões/Agência Brasília

Artistas chineses participam do programa "Embaixadas de portas abertas", promovido pelo GDF em Brasília

A importância do "ser" do cônjuge nas famílias transnacionais

"Na verdade eu não sei escrever cartas sobre viagens; na verdade nem sei mesmo viajar. É engraçado como, ficando pouco em lugares, eu mal vejo. Acho a natureza toda mais ou menos parecida, as coisas quase iguais. Eu conhecia melhor uma árabe com véu no rosto quando estava no Rio. Enfim, eu espero nunca exigir de mim nenhuma atitude. Isso me cansaria [...]. Todo esse mês de viagem nada tenho feito, nem lido, nem nada — sou inteiramente Clarice Gurgel Valente. Eu estou bem-disposta".

(Carta de Clarice Lispector, trecho de Clarice: uma biografia)

A Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas estende aos membros da família de um agente diplomático[1] os privilégios e as imunidades descritos em dois dispositivos do texto da convenção. As garantias poderiam trazer alguma tranquilidade aos familiares que acompanham aqueles que representam o Estado acreditante em outro país, mas os desafios para a família transnacional parecem ser cada vez maiores conforme as relações privadas internacionais se tornam mais complexas.

Um exemplo é a tradicional resistência de diversos Estados em aderir a acordos de trabalho justificando sua negativa em potenciais conflitos entre os efeitos da autorização para o trabalho e os privilégios e imunidades garantidos pela Convenção de Viena[2]. Ou seja, a estrutura jurídica de proteção à família pode, paradoxalmente, restringir seu leque de possibilidades no Estado acreditado.

Essas garantias da família são vinculadas à sua presença ao lado do agente diplomático, e não à sua existência por si só — daí, talvez, a sensação que Clarice Lispector descreve de ser "inteiramente Clarice Gurgel Valente". Por outro lado, as expectativas do cônjuge têm-se transformado com maior rapidez nas últimas décadas, acompanhando a mudança que tem sido observada na sociedade nas relações de gênero. Até que ponto estas expectativas têm sido objeto de reflexão no ambiente diplomático?

Talvez um dos maiores valores em jogo aqui seja a liberdade de ser quem você quiser: Clarice Gurgel Valente, que faz nada, que faz tudo, que se sente bem-disposta, que se sente isolada do mundo. O universo diplomático pode ser um abrir infinito de portas — novas culturas, nova casa, novo mundo. Ou um eterno fechar de portas — seu trabalho, seus amigos, seu mundo.

Dilemas privados

Por mais que as instituições diplomáticas permeiem a esfera pública da sociedade, lidando com os interesses coletivos e a representação do Estado, seus reflexos nas relações privadas que nelas se desenrolam são inquestionáveis. A existência do indivíduo em suas relações privadas, e aí estão os membros da família, está completamente entrelaçada à sua existência como representante dos interesses do Estado. Parece óbvio para quem vive o ambiente diplomático, desde o dia da posse, mas as instituições nem sempre têm acompanhado os dilemas privados daqueles que se lançam na carreira diplomática junto com seus familiares.

Arrisco-me em dizer que o cônjuge deveria ser tão importante quanto o agente diplomático que acompanha quanto às responsabilidades do Estado no sentido de mantê-lo preparado para os desafios da carreira, porque todos os aspectos de sua vida são afetados a partir do momento da pos-

1. Agente diplomático, de acordo com a Convenção de Viena, é o Chefe da Missão ou um membro do pessoal diplomático da Missão. Membro do Pessoal da Missão são os membros do pessoal diplomático, do pessoal administrativo e técnico e do pessoal de serviço da Missão.

2. De acordo com a interpretação de alguns Estados, a Convenção de Viena não vedaria em seu texto a possibilidade de que os membros da família exerçam atividade remunerada, não se aplicando a imunidade de jurisdição civil e administrativa do Estado acreditado a essas relações de trabalho, portanto.

A "trajetória diplomática" da escritora começou em 1944, durante a II Guerra Mundial, e terminou em 1959, após a separação do diplomata Maury Gurgel Valente

se de seu companheiro. As decisões sobre família, trabalho, filhos, ambições pessoais de forma geral passam a ser influenciadas pelo fato de que em 10 anos é possível que você tenha se mudado para pelo menos três países. Este é um ponto comum a todos os cônjuges, qualquer que seja o país. Então, este deveria ser um objeto de preocupação não só interna ao serviço exterior, mas também na construção de um diálogo entre Estados.

Pode parecer utópico, quimera de uma jovem esposa de diplomata, mas de fato, no direito internacional privado, há mecanismos específicos de diálogo entre Estados para lidar com os conflitos envolvendo relações privadas internacionais. Hoje, ainda é responsabilidade não compartilhada com o Estado a segurança previdenciária do cônjuge, a educação dos filhos, questões como revalidação de diploma, convênios com instituições de educação — afinal, seria fenomenal ter garantida a liberdade de estudar enquanto o seu companheiro trabalha o dia todo — acordos mais específicos sobre o trabalho do cônjuge, já que mesmo com a autorização, é ainda difícil conseguir ser contratado, e uma lista extensa de outros desafios que não são novidade.

O cônjuge acaba à mercê do mínimo que lhe garante o Estado acreditante e fica quase inexistente perante o Estado acreditado, afinal a nacionalidade ainda é elemento importante na inclusão de indivíduos mesmo em sociedades marcadamente multiculturais. Uma novidade positiva da nova Lei de Migrações — Lei nº 13.445/2017 — é a autorização para que o dependente exerça atividade remunerada com base no princípio da reciprocidade, ou seja, uma alternativa rápida aos acordos bilaterais, que dependem de um procedimento mais complexo e demorado. É importante manter-nos atentos à aplicação do princípio da reciprocidade para o futuro.

Desconforto de Clarice

Trazer questões tão complexas e antigas — Clarice Lispector já sentia o desconforto que muitos compartilham hoje – não é fácil e este é um espaço curto, adequado apenas a despertar a reflexão dos leitores sobre questões de interesse dos familiares e da associação. Não me aprofundei em particularidades do Direito por sua complexidade para este reduzido texto — há uma variedade de situações específicas a depender de qual privilégio ou imunidade analisamos.

Busquei, então, enfatizar a influência do Estado, e mais especificamente dos órgãos responsáveis pela presença do Brasil no exterior, em nossas relações privadas e o seu dever, em contrapartida, de direcionar maior atenção às questões a elas relacionadas. Espero que abramos portas no futuro que possibilitem que sejamos mais livres em nossa individualidade ao lado dos que amamos, e que prestam um serviço fundamental ao Estado brasileiro. Sejamos muitas outras coisas além de Clarice Gurgel Valente.

Thássila Rocha Uatanabe, advogada. Graduada em direito pela UERJ e mestranda em Direito pela UnB

Acordo para trabalho de dependentes de servidores do SEB

O exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de titular de visto diplomático ou oficial está regulamentado pela Lei n.º 13.445 (Lei de Migração), que entrou em vigor em 21 de novembro de 2017. O parágrafo único do artigo 17 determina que "o dependente de titular de visto diplomático ou oficial poderá exercer atividade remunerada no Brasil, sob o amparo da legislação trabalhista brasileira, desde que seja nacional de país que assegure reciprocidade de tratamento ao nacional brasileiro, por comunicação diplomática".

A Lei da Migração permite que o governo brasileiro autorize dependentes do pessoal diplomático e técnico-administrativo estrangeiro a exercerem atividade remunerada em território nacional, sem a necessidade de celebração de acordos bilaterais específicos. A única exigência estabelecida pela lei é a observância do princípio da reciprocidade, que poderá ser garantida mediante nota verbal da chancelaria local.

Nos casos dos países com os quais o Brasil já possua acordos específicos que permitem o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes, prevalecerão as disposições de tais acordos.

Lista de países com os quais o Brasil possui acordo que permite o exercício de atividade remunerada por parte de dependentes de funcionários diplomáticos

1. Albânia
2. Alemanha
3. Argentina
4. Austrália
5. Bélgica
6. Benin
7. Botsuana
8. Cabo Verde
9. Chile
10. Colômbia
11. Croácia
12. Dinamarca
13. El Salvador
14. Equador
15. Eslovênia
16. Espanha
17. EUA
18. Filipinas
19. França
20. Gabão
21. Guiana
22. Guiné Equatorial
23. Hungria
24. Índia
25. Israel
26. Itália
27. Jamaica
28. Mauritânia
29. México
30. Nicarágua
31. Noruega
32. Nova Zelândia
33. Países Baixos
34. Panamá
35. Paraguai
36. Peru
37. Polônia
38. Portugal
39. Reino Unido
40. República do Congo
41. República Dominicana
42. República Tcheca
43. Romênia
44. Senegal
45. Suécia
46. Suíça
47. Tanzânia
48. Turquia
49. Uruguai
50. Venezuela
51. Zimbábue

O Itamaraty e as mulheres

Arquivo ADB

A diplomata Maria José Rebello Mendes rompeu a barreira de gênero ao ser nomeada, em 1918, para o cargo de terceiro oficial no MRE

Na edição 03 do **Boletim da ADB**, de julho de 1993, o nosso colega Luis Dilermando de Castello Cruz, sob o título As primeiras gerações de mulheres diplomatas no Brasil fizeram um excelente resumo da luta das primeiras mulheres para ingressarem nos quadros do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Posteriormente, a edição 64 do Boletim, publicada em 2009, o mesmo tema voltou a ser focalizado. Neste caso, a pesquisadora Glauciane Carvalho, no artigo *Os desafios da mulher na diplomacia* relatou a batalha em torno da inscrição de Maria José de Castro Rebello Mendes no concurso para o preenchimento de três vagas de terceiro oficial do Itamaraty.

Agora, ao se cumprirem 100 anos daquela efeméride, vale aqui fazer algumas considerações em torno do assunto. A Primeira Guerra Mundial viera de terminar e as mulheres na Europa, sobretudo na Inglaterra, onde elas tinham participado ativamente do esforço de guerra, passaram a reivindicar o direito, não somente ao voto, mas também ao trabalho em igualdade de condições com os homens. Eram as sufragistas, era o feminismo que alvorecia.

Maria José declarou repetidas vezes que não era feminista nem queria fazer proselitismo, queria apenas ganhar a vida honestamente. De qualquer forma sua inscrição no concurso e sua nomeação para o cargo de terceiro oficial do Ministério das Relações Exteriores eram fatos sensacionais e amplamente noticiados e, por isso, deram origem a fundas discussões sobre se as mulheres poderiam ou deveriam ingressar no Itamaraty, ou seja, num cargo de carreira, coisa inédita já que até então mulher alguma havia entrado no serviço público como funcionária de carreira.

Reações contrárias

Nosso importante escritor, Afonso Henrique de Lima Barreto, sofrendo, ele mesmo, preconceitos, fez severas críticas à nomeação de Maria José para o cargo de terceiro oficial no Ministério das Relações Exteriores. No periódico A.B.C. de 5 de outubro de 1918, depois de tecer loas à inteligência e à cultura de Nilo Peçanha, então chanceler, escreveu: “Entretanto, o seu ato, admitindo, em concurso, para o lugar de terceiro oficial de sua secretaria, uma moça, aprovando-a e nomeando-a, aberra de todas as nossas concepções políticas e vai de encontro a todos os princípios sociais.” E mais: “É sabido que, desde que as mulheres foram, na Europa, chamadas aos serviços exercidos, normalmente, pelos homens, de ano em ano, as dimensões antropométricas, exigidas para os recrutas, eram diminuídas”.

Antonio Torres, também escritor e jornalista, ironizou à inscrição de minha mãe no concurso do Itamaraty. Segundo matéria que fez publicar no jornal O Imparcial, “Nomear a pretendente é, na opinião do Sr.

Arquivo ADB

O ingresso da primeira mulher carreira diplomática causou muita polêmica na sociedade e na mídia brasileira

Wenceslau, 'um prêmio a uma vida de trabalho e de dedicação ao lar' e aí está até onde nos leva o suave burguesismo a Luiz Philippe do Sr. Wenceslau, o nosso Roi-Citoyen! Dar emprego público a uma mulher, numa carreira, por onde correm tremendos segredos de Estado e isso para premiar dedicação ao lar, amor à família! Ah! Pena de Alphonse Karr!".

"Se uma mulher deu provas de heroica dedicação ao lar," prossegue Torres, "e se isso é um fenômeno muito raro, deem-lhe uma pensão registrada, sob protesto, no Tribunal de Contas; nomeiem-na professora numa escola profissional; concedam-lhe medalha humanitária; levantem-lhe estátuas; peçam ao Papa que a canonize, mas pelo amor de Deus ou pelos cornos do Diabo, não a façam, publicamente, preterir candidatos que só contam com a sua inteligência e com as suas barbas para vencer".

Esqueceu-se o Senhor Antonio Torres que Maria José tirou o primeiro lugar no concurso, deixando os barbados para trás. Ou melhor, não esqueceu, apenas quis insinuar que o concurso fora fraudado. E tanto assim que, insistindo na sua diatribe invejosa e raivosa, escreveu um abaixo-assinado, como se fosse candidato inscrito no concurso, pedindo que abortassem sua inscrição, de vez que uma concorrente já contava com a proteção do presidente da República, do conselheiro Ruy Barboza e de toda a imprensa do Rio de Janeiro.

Repercussão na mídia

O jornal A Rua, trouxe o seguinte comentário: "Alguns candidatos à substituição do insinuante Sr. Regis de Oliveira, no futuro governo, com os Srs. Luiz Guimarães e Helio Lobo à frente, estão grandemente alarmados com a marcha vitoriosa do feminismo na secretaria do exterior. Os dois venturosos diplomatas nutrem receios de que a senhorita Castro Rebello, animada pelo sucesso obtido com o primeiro concurso em que se meteu a disputar com alguns glabros mancebos, familiarizados com a burocracia da chancelaria, o cobiçado posto inicial de terceiro oficial, venha a pretender um lugar na carreira, e

daí, de vitória em vitória, isto é: de promoção em promoção, lhes venha a comprometer a situação que almejam, porque a senhorita Castro Rebello desde que conseguiu o cargo com a gentileza dos homens da República, tem o direito de aspirar à própria subsecretaria de estado".

No Correio da Manhã, em 7 de setembro de 1918, sob o título Diplomacia e saias, aparece mais um comentário maldoso: "Quanto ao fundo da questão, o caso é simples e conhecido: resolveu uma senhorita candidatar-se ao lugar de escriturário e logo onde! Na Secretaria de Estado dos Negócios Exteriores, isto é, exatamente no ministério mais radicalmente oposto a determinadas capacidades femininas, no ministério da discrição e dos graves e terríveis segredos de Estado!

Mas havia também críticas favoráveis a Maria José. A Capital, em 6 de setembro de 1918, informa: "Não receia as provas do concurso. Fala tão bem as línguas francesa, alemã e inglesa, como a sua. Lê o Schiller, o Goethe, o Milton e o Byron com a mesma naturalidade com que algumas leem o Mal Secreto, de Raymundo Corrêa. Conhece o direito internacional público, de Clovis Bevilacqua, e tem lido e relido a Constituição". E continua: "Os rapazes candidatos hão de ter muita pestana a queimar para se medirem, sem ruidoso desastre para o sexo, com uma moça que possui tantas línguas e que assim penetra pela seara dos bacharéis".

De Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, jornalista e prestigiado membro da Academia Brasileira de Letras: "Muito propenso, Sr. Jornalista, sempre fui ao sexo belo e posso mesmo dizer que lhe tenho consagrado a melhor parte da minha atividade; mas isso não me impede, antes me autoriza, a lhe reconhecer os defeitos que promanam de sua habitual constituição nervosa. De alguns (defeitos) peço vênia para levemente me ocupar. Em primeiro lugar a indiscrição. Sei, por informações fidedignas, que a senhorita recém-nomeada para a Secretaria da Relações Exteriores é pessoa discretíssima; mas quando o sestro pegar e na secretaria só houver damas e donzelas, muito não dou pelo sigilo da chancelaria do Itamaraty. Defeito número dois: a volubilidade; souvent femme varie...Verdi pôs isso em música admirável: la donna é mobile..." "Ora, isto é um grande inconveniente para a vida oficial".

Apenas para fechar este breve ensaio, quero chamar a atenção das leitoras e dos leitores para o registro de seus primeiros três anos de exercício público. Em entrevista ao jornal A Noite, em 5 de setembro de 1921, Maria José declara: "Há três anos que estou nesta Secretaria de Estado e creio ter desempenhado a contento dos meus chefes todos os serviços que me foram afetos, pois já tenho trabalhado em diversas seções; na seção de Limites e Atos Internacionais, na Contabilidade, nos Negócios Políticos e Diplomáticos, achando-me atualmente na do Protocolo".

Henrique Pinheiro de Vasconcellos, que chefiou Maria José na Contabilidade, também entrevistado, declarou: "nesse imenso e complexo serviço em que todos os meus colegas de seção colaboravam com dedicação e inteligência. muito se distinguiu a senhorita Castro Rebello".

A admiração de Henrique por Maria José já vinha do concurso, de cuja banca examinadora participara. Isso acabou em casamento.

Arquivo ADB

A primeira diplomata brasileira foi homenageada, em maio de 2007, pela turma de formandos do IRBr

---

Guy Mendes Pinheiro de Vasconcellos, Embaixador aposentado, filho de Maria José de Castro Rebello Mendes

Diplomata analisa propostas de

"Política externa no Brasil não

Nas entrevistas e debates realizados na primeira fase (16 a 31.8.2018) da campanha para as eleições presidenciais, pouco foi dito, ou perguntado, sobre temas externos. Não obstante, os partidos incluíram itens sobre a área internacional nos programas submetidos ao TSE.

A situação não surpreende. No Brasil, o início das campanhas produz um festival de mensagens cacofônicas e simplificadas, como pregões de feira, onde os concorrentes buscam individualizar-se, apresentando propostas mais afins às agruras imediatas do eleitorado.

Pode ser que temas externos ganhem mais espaço na nova etapa da campanha (até 4.10), principalmente por parte dos candidatos com mais tempo no horário eleitoral. Afinal, como disse recentemente Marcos Degaut, ex-secretário especial adjunto de Assuntos Estratégicos da Presidência da República: "política exterior é também política pública, podendo o seu sucesso ou fracasso produzir profundas implicações na vida diária dos cidadãos" (Nexo, 21.8.2018).

Desde janeiro, tenho acompanhado a movimentação das pré-candidaturas –13 das quais transformadas em candidaturas –, para produzir perfis para o portal Diário do Poder. Utilizo o termo perfil, pois não foram artigos de opinião ou matérias noticiosas, mas levantamentos de currículos, iniciativas, opiniões e comentários emitidos pelo(a)s presidenciáveis.

Álvaro Dias — Como senador (2014-2018), fez oito discursos sobre assuntos internacionais (Base de Alcântara; retirada da Venezuela do Mercosul; situação na Venezuela; e transparência nos contratos de financiamento firmados entre o BNDES e nações estrangeiras). Em seus mandatos no Senado foi titular da Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Propôs agora, em seu programa de governo, uma "Diplomacia para o comércio", recomendando: i) a assinatura de 10 novos acordos bilaterais e quatro multilaterais; ii) a redução gradual de tarifas em 50%. Em documento que dirigiu ao Brasília em Foco (23.8.2018), o candidato propôs também: atuação mais assertiva junto aos organismos multilaterais; frente ampla de combate às drogas na América Latina; intensificação das relações com a Europa e Ásia; finalização do acordo de livre comércio Mercosul-UE; fortalecimento das relações com os BRICS; ampliação do Foro Permanente de Segurança Brasil-EUA, privilegiando o trabalho conjunto no combate aos ilícitos transnacionais.

Ciro Gomes – Como ministro da Fazenda (1994), tratou de assuntos financeiros internacionais e do acordo de Ouro Preto (Mercosul). Como deputado federal (2007-2010) não apresentou nenhum projeto de lei sobre qualquer assunto. Em 2002, quando foi candidato à Presidência da República, teve sua proposta de política externa explicitada pelo deputado Aírton Cascavel: i) questionar o respeito absoluto às decisões da OMC; ii) aliança estratégica com a China, Índia e Rússia (proposta anterior à criação dos BRICS).

Os principais pontos de sua plataforma de governo, em 2018, são i) política exterior independente e transformadora, sem busca de protagonismo; ii) descontentamento com a atual ordem global; iii) fortalecimento das relações com Mercosul e BRICS; iv) reanimação do projeto da Unasul; v) ampliação da parceria com os EUA, mas com independência em tecnologias de comunicação e defesa; vi) reconstrução de nossa relação com a China, recusando uma relação neocolonial; vii) priorização, nos acordos de comércio, de maior acesso aos meios de qualificação produtiva e tecnológica; viii) reconstrução das relações com a África, em bases generosas, não as atrelando aos interesses de empreiteiras; ix) valorização do serviço diplomático brasileiro; x) adoção de políticas na área ambiental compatíveis com nossos compromissos no Acordo de Paris, e xi) criação de uma polícia de fronteiras.

presidenciáveis para a política externa

dá nem tira um único mísero voto", Fernando Gabeira (Folha de São Paulo, 25.9.2009).

Fernando Haddad — O programa do PT propõe: i) aprofundar a integração latino-americana (integração das cadeias produtivas regionais) e a cooperação Sul-Sul, especialmente com a África, nas áreas de saúde, educação e segurança alimentar; ii) fortalecer os BRICS; iii) manter presença ativa no sistema internacional de direitos humanos; iv) fortalecer instrumentos de financiamento do desenvolvimento, como Focem, Banco do Sul e Novo Banco de Desenvolvimento (NBD); v) fortalecer o Mercosul, a Unasul e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS); vi) apoiar o multilateralismo e a busca de soluções pelo diálogo; vii) defender a reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança; e viii) valorizar os instrumentos de proteção aos direitos humanos nos planos internacional e regional.

Geraldo Alckmin — O plano de governo apresentado pelo candidato prevê: i) política externa como política de Estado; ii) fortalecer relações com países da América do Sul (integração física, energética e comercial); iii) promover negociações comerciais, "sem ideologizá-las"; iv) fortalecer a rede consular brasileira; v) revigorar o Tratado de Cooperação Amazônica; vi) reforçar a segurança nas regiões de fronteira; vii) intensificar as relações com os centros econômicos mais dinâmicos, sem descurar das relações com os países mais pobres; viii) fortalecer as relações com países de escala continental (China, Índia, Rússia), mas sem considerá-los "aliados naturais"; ix) prioridade ao nosso tradicional relacionamento com o Japão; fortalecer relações com a Coréia do Sul; x) ampliar o relacionamento com os países africanos, em particular com os de língua portuguesa; xi) explorar oportunidades que se abrem nos países da Oceânia; xii) legitimidade da aspiração a obter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU; aproximação com a OCDE e esperar acolhimento num G-8 ampliado; xiii) manter os compromissos internacionais de não proliferação de armas de destruição em massa; xiv) avançar nas áreas de meio ambiente e dos direitos humanos; xv) atuar pela retomada das negociações de Doha e da Alca; xvi) promover ampla reflexão sobre o Mercosul; e xvii) aproveitar as oportunidades de exportação para a China, defendendo de forma eficiente os setores industriais brasileiros.

Guilherme Boulos — O programa de governo prevê "uma política externa nacional, soberana, anti-imperialista, solidária, democrática e popular, com foco na retomada da integração latino-americana e nas relações com os chamados países emergentes"; retomar um papel definidor na constituição dos BRICS e do IBAS; promover a agenda Sul-Sul e a diversificação de parcerias comerciais e de cooperação com a Ásia e a África; "criar no Itamaraty carreiras especializadas em países de idiomas de crescente relevância (China, Rússia, Japão, Coreia)".

Henrique Meirelles — Programa de governo com duas referências a assuntos relacionados ao exterior: i) vigilância, controle e defesa das fronteiras e ii) ampliação dos projetos de cooperação internacional na área da segurança. Outras declarações recentes: (i) promover abertura comercial por meio de novos acordos internacionais e da simplificação tributária; ii) atuar pela mudança do regime e da situação na Venezuela.

Jair Bolsonaro — Consta de seu programa de governo o capítulo "O novo Itamaraty", cujos pontos principais são: fomentar o comércio exterior com países que possam agregar valor econômico e tecnológico ao Brasil; deixar "de louvar ditaduras assassinas"; aprofundar a integração com países latino-americanos "que estejam livres de ditaduras". Outras propostas, fora deste programa: i) "sepulta" o Foro de São Paulo; ii) transferir a embaixada em Israel para Jerusalém; iii) fechar a representação da Autoridade Palestina no Brasil; iv) abandonar o Acordo de Paris sobre o clima, e v) reduzir alíquotas de importação e barreiras não-tarifárias.

João Amoedo — Prioridades no programa de governo: i) política externa orientada à maior integração internacional e pautada exclusivamente pelos interesses do Brasil; ii) abertura da economia com redução de barreiras ao comércio e ao investimento internacionais; iii) negociação de acordos comerciais com as principais economias do mundo, com remoção de barreiras excessivas de forma unilateral.

Marina Silva — No período em que foi senadora (2008-2010) fez no plenário três pronunciamentos com referências a temas internacionais, todos relacionados ao setor de meio-ambiente. Em seu programa de governo incluiu capítulo "Política externa como política de Estado". Prioridades: i) compromisso com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, a promoção da paz e a cooperação internacional; ii) política externa realista e transformadora; iii) melhorar a conexão do Brasil com as correntes dinâmicas do comércio mundial; iv) modernizar o Mercosul e concluir acordo de livre-comércio com a União Europeia; v) aproximação com a Aliança do Pacífico; vi) regiões fundamentais para a política externa brasileira: América do Sul, América do Norte, União Europeia e Leste Asiático; e vii) parceria com os países africanos.

Opinião

Seja qual for o resultado das eleições de outubro de 2018, parece provável que a sociedade brasileira continuará dividida em dois grandes blocos, com percepções antagônicas sobre o caminho a ser tomado para moldar o Brasil do futuro.

No lugar da tradicional divisão ideológica esquerda/direita, assentada sobre as preocupações tradicionais do poder econômico relativas ao capital e ao trabalho, vivemos agora uma situação que cada vez mais a divisão se organiza em torno de temas de identidade, que são mais de natureza cultural do que econômica.

Pedro Luiz Rodrigues, Pedro Luiz Rodrigues, Embaixador aposentado e jornalista

Marielle Franco é homenageada durante comemorações do Dia do Diplomata

O Dia do Diplomata foi celebrado em 20 de abril de 2018. O evento marca a data de nascimento do Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira. No Palácio Itamaraty, em Brasília, a data foi comemorada com a formatura do Curso de Formação de Diplomatas do Instituto Rio Branco (IRBr) e a cerimônia de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco, ambas com a presença do presidente Michel Temer e do ministro Aloysio Nunes Ferreira.

A turma 2016-2018 do IRBr é composta de 30 diplomatas, dos quais nove são mulheres. Além de brasileiros, a turma inclui bolsistas da Argentina, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Mongólia, Palestina e São Tomé e Príncipe.

A patrona escolhida pela turma foi a vereadora Marielle Franco, socióloga e militante dos direitos humanos, assassinada no Rio de Janeiro em 14 de março último. A paraninfa da turma foi a embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, ex-diretora e primeira aluna do do IRBr a ocupar a função de embaixadora do Brasil no exterior.

A ADB/Sindical apoiou a escolha da patrona da turma, a qual está em linha com o entendimento da ADB de que a carreira diplomática deve ser uma expressão real dos valores defendidos pela política externa brasileira, inclusive quanto à defesa dos direitos humanos.

Arthur Max/AIG-MRE

Pais da vereadora e militante dos direitos humanos Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, em 14 de maio de 2018

Ponto eletrônico, redução de jornada: que modernização queremos?

Em fevereiro de 2018, entrou em vigor na Secretaria de Estado o sistema de verificação eletrônica de frequência dos funcionários diplomáticos: o ponto eletrônico. A necessidade de controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos diplomatas, além de prevista no ordenamento jurídico[1], insere-se no contexto de maior demanda pela sociedade por transparência e eficiência no funcionalismo público, tendo a medida sido adotada nos últimos anos por diversos órgãos públicos federais, estaduais e municipais.

A exigência do ponto eletrônico para diplomatas, contudo, envolveria um certo dilema: a carreira exige de seus integrantes dedicação integral, estando todos cientes de que, em caso de necessidade, deverão estar disponíveis para o trabalho tarde da noite ou nos finais de semana. A clássica afirmação de que "*diplomata é diplomata vinte e quatro horas por dia*" exemplifica de forma cristalina o comprometimento que é esperado dos integrantes da carreira, prontos a abdicar de momentos de descanso para atender às demandas do serviço exterior.

Recepções, viagens, reuniões, almoços e acompanhamento de autoridades estrangeiras fora ou além do horário convencional são frequentes, não havendo previsão legal de pagamento de horas extras, dada a natureza da função dos diplomatas. Daí surgiria uma possível contradição: os diplomatas devem estar disponíveis de modo permanente ou devem bater o ponto por oito horas diárias, como a maior parte do funcionalismo público? No caso dos diplomatas, o atual modelo parece exigir ambas as coisas: comprovar oito horas dentro da Secretaria de Estado e manter-se à disposição nas demais dezesseis horas do dia.

Banco de horas

O veto inicial à adoção de banco de horas, permitido em outros órgãos, é ponto comumente criticado no modelo de controle de frequência adotado pelo Itamaraty. Seguindo orientação interna do Ministério do Planejamento para aquele órgão[2], o MRE, em tese, permite que as horas trabalhadas além da jornada normal sejam compensadas no mesmo mês, embora não possam ser acumuladas para compensações no mês subsequente. Na prática, a compensação depende, sobretudo, da concordância da chefia – que pode não a ver com bons olhos.

A exigência de, no mínimo, uma hora para almoço[3] é outro ponto criti-

"Recepções, viagens, reuniões, almoços e acompanhamento de autoridades estrangeiras fora ou além do horário convencional são frequentes, não havendo previsão legal de pagamento de horas extras, dada a natureza da função dos diplomatas"

1. Lei nº 8.112/1990, Art. 19, com alterações da Lei nº 8.270/1991; Decreto nº 1.590/1995; Decreto nº 1.867/1996; Portaria Nº 888, de 31 de outubro de 2017; Nota Informativa nº 758 /2012/CGNOR/DENOP/SEGEP/MP; Orientação Normativa MPOG nº 02/2008; Nota Técnica Conjunta nº 09/2015/DENOP/DESAP/SEGEP/MP.

2. Portaria 140/1995, MPOG.

3. Parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto 1.590/1995.

cado por quem preferiria fazer um lanche rápido e deixar o local de trabalho mais cedo (ainda que ocasionalmente). Ademais, a dispensa do controle de frequência para ocupantes de cargos de direção superior, também prevista em lei[4], acaba por promover duas categorias de diplomatas, gerando desnecessária fratura na instituição.

Mesmo desconsiderando o debate sobre ser ou não justo ou conveniente o estabelecimento de tal divisão, é possível presumir que os diplomatas dispensados do ponto eletrônico sintam-se (e de fato sejam) mais produtivos com a flexibilidade de que gozam, não havendo razões para crer que, por não estarem obrigados a bater o ponto nem a comprovar oito horas diárias dentro dos limites físicos da instituição, trabalhem menos ou estejam menos comprometidos com seu trabalho.

Por outro lado, ainda que existam críticas e resistências ao ponto eletrônico por parte de alguns diplomatas (inclusive entre os dispensados do ponto), a medida, além de prevista em lei, é apoiada pela maior parte da população brasileira – que não admite, com razão, a clássica imagem do funcionário público representado por seu paletó pendurado na cadeira de trabalho vazia. Mesmo não sendo verdadeira para a maior parte dos servidores, a reiterada ocorrência de atrasos e ausências por alguns exigia que a Administração tomasse medidas para sanar o problema.

Prós e contras

A opção feita pelo Itamaraty pelo ponto eletrônico como forma de controle de frequência justificou-se, entre outras razões, pela maior segurança e menor possibilidade de fraudes que este proporciona, se comparado à tradicional folha de ponto ou a sistemas de controle mecânico com menores custos de instalação.

A possibilidade de concessão simples e rápida de abonos pela chefia para compensar horas trabalhadas fora da Secretaria de Estado enfraquece, de certo modo, a crítica ao controle eletrônico de frequência. Afinal, se o diplomata tiver que se deslocar ao aeroporto num sábado à noite para buscar alguma autoridade, poderá solicitar que as horas trabalhadas sejam abonadas pela chefia. Ao final do mês, as horas trabalhadas no sábado estarão devidamente contabilizadas, podendo o servidor – se a chefia estiver de acordo – trabalhar menos horas em outro dia do mesmo mês sem que fique abaixo da meta de horas estipuladas para o mesmo período.

Nosso ordenamento jurídico, como se sabe, sustenta-se em excessivo número de leis, decretos, normas, portarias, instruções e demais instrumentos legais, estando repleto de contradições. Há margem, portanto, para interpretação jurídica diversa que permita, por exemplo, a adoção de banco de horas – como feito em outros órgãos – ou mesmo que considere a carreira diplomática dispensada do controle eletrônico de frequência, dada a natureza de suas funções.

Ação judicial contra a medida?

A ADB, como não poderia deixar de ser, tem observado o tema com atenção. Em determinado momento, em atenção a demandas de associados, a associação chegou a colocar em discussão a possibilidade de questionamento legal da medida, devido a críticas recebidas de que o modelo prejudicaria a categoria e a instituição.

Freepik

4. Decreto nº 1.867/1996

Entretanto, a natureza da profissão diplomática talvez recomendasse, ao invés de disputa judicial, uma negociação ponderada que permitisse acordo aceitável e benéfico tanto para a instituição quanto para seus integrantes, na clássica forma *win-win*, sempre almejada em negociações diplomáticas. O objetivo central da discussão deveria ser, então, o estabelecimento de modelo que conciliasse, por um lado, a necessidade de transparência e controle exigidos pela sociedade, e, por outro, o reconhecimento de que, pela natureza da função dos diplomatas, o Itamaraty não se tornaria mais eficiente ou produtivo mesmo se todos os diplomatas fossem obrigados a comprovar oito horas diárias dentro da instituição.

Alternativas ao ponto eletrônico

Nesse contexto, a introdução de medidas de incentivo ao teletrabalho e à redução da jornada diária, já adotadas por diversos órgãos públicos e privados em todo o mundo, poderia emergir como alternativa saudável e mutuamente aceitável, preferível a um litígio jurídico que, além de custoso, inevitavelmente acabaria com um dos lados derrotado e insatisfeito. Tais práticas têm revelado inequívocos sinais de aumento da produtividade e da qualidade de vida dos funcionários, com redução de custos para a instituição e para a sociedade[5]. Internamente, tais medidas proporcionariam, de imediato, economia de recursos (tanto com a redução no consumo de energia quanto na folha de pagamentos) e possível melhora na disposição, na qualificação e na saúde dos servidores[6].

Em termos sociais, a simples redução no número de veículos em circulação nos horários de pico implica menos poluição e melhora no trânsito, ainda que, para resultados expressivos, deve-se ser adotada por vários órgãos, e não apenas por um ministério. A redução no consumo de energia, por sua vez, também tende a beneficiar toda a população – ressalte-se que o MRE gasta, mensalmente, cerca de R$ 550 mil reais com energia elétrica, sendo que consumimos energia de modo intensivo no horário mais caro (entre 18h e 19h).

Tanto o teletrabalho quanto o banco de horas e a redução de jornada semanal são possibilidades permitidas pela legislação, cabendo à Administração estabelecer diretrizes que permitam sua adoção sem prejuízo às necessidades da instituição e de seus integrantes. Para o Itamaraty, a obrigatoriedade de manutenção de sigilo sobre muitas de suas comunicações é fator que pode limitar, apesar de não impedir, a adoção de práticas de teletrabalho. A necessidade de coordenação com os horários de expedientes de outros órgãos, igualmente, pode impor limitações, mas certamente não impede a autorização para redução de jornada com redução proporcional dos vencimentos.

Abertas tais possibilidades, diplomatas poderiam pleitear a redução do tempo obrigatório dentro das catracas – o que, assim como ocorre com os diplomatas dispensados do ponto, jamais poderia ser entendido como falta de comprometimento com o trabalho. Diversos integrantes das carreiras de Oficial e de Assistente de Chancelaria já usufruem do direito, embora, num primeiro momento, a Administração tenha negado o mesmo benefício para diplomatas, por necessidade de serviço[7].

Mediação de interesses

Decisão que ignore as justas demandas do outro lado correrá o risco de nutrir ressentimentos e insatisfações – seja por parte dos diplomatas de hierarquia inferior, no caso de manutenção inflexível da exigência de oito horas diárias dentro da Secretaria de Estado, seja por parte da sociedade, caso seja induzida a crer que diplomatas seriam servidores de classe especial, dispensados de comprovar o cumprimento das oito horas diárias que justifiquem seus salários.

Este artigo, em espaço exíguo, certamente não pretende tratar do tema de forma exaustiva ou definitiva; ao contrário, somente sugere alguns pontos que poderiam ser considerados quando da tomada de decisões que acarretam importantes consequências para toda a carreira diplomática. Sendo o MRE o órgão público com mais intenso contato com experiências internacionais, temos elementos suficientes para introduzir, na gestão de nossos recursos humanos, inovações que elevem o ministério à condição de modelo de produtividade e eficiência, sem que isso signifique abrir mão das boas tradições e da competência que ajudaram a erguer a reputação do Itamaraty.

5. Reportagem recente publicada na Folha de São Paulo aborda o tema, disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/sobretudo/carreiras/2018/07/1976262-empresa-da-nova-zelandia-reduz-jornada-para-quatro-dias-e-aumenta-produtividade.shtml (acessada em 02/08/2018).

6. Decorrentes, por exemplo, de menos tempo perdido em deslocamentos urbanos e mais tempo livre para atividades físicas e intelectuais – inclusive as de capacitação do próprio diplomata.

7. Boletim de Serviço nº 138, de 19/07/2018.

Secretário Eduardo Roedel, lotado na Divisão de África Austral e Lusófona

Lolô Bernardes em Manila

"Tem um japonês trás de mim", canta Chico Buarque em *Bye, bye, Brasil*. Dizem que o personagem em questão é Shigeaki Ueki, titular das Minas e Energia no governo Geisel. O primeiro dos dois ministros brasileiros que já fizeram visita oficial às Filipinas .

Tempos interessantes vivia a Ásia, passados 30 anos do fim da Segunda Guerra. No campo da segurança, as preocupações que hoje cercam as Coreias emanavam, então, dos Vietnãs. Na economia, uma Tóquio reemergente despertava temores, levando jornalista francês a falar em desafio japonês à ordem global. Nas Filipinas, Ferdinand Marcos, então no auge de seu poder, fora buscar a ajuda de Gaddafi para controlar o levante dos "moros", no sul, enquanto combatia a guerrilha comunista, no norte.

No Brasil, o aparato repressivo também via no comunismo uma ameaça. Como Marcos, Ernesto Geisel contava com a contenção do dissenso por meio da mão de ferro. Se a guerrilha filipina mostrava-se mais enraizada, numerosa, melhor equipada e mais solidamente financiada do que a equivalente brasileira, eram comparáveis os episódios, nos dois países, de censura a jornais, de caladas denúncias de torturas, de exercício arbitrário do poder.

Carlos Alfredo "Lolô" Bernardes bem o sabia. Obreiro da Política Externa Independente, fora Secretário Geral do MRE e Representante Permanente em Nova York nos governos Jânio-Jango. Vindo Castello, encontrara saída na indicação para o recém-criado cargo de Representante Especial da ONU para o Chipre, do qual foi o primeiro ocupante. De volta a Brasília, foi parar nos arquivos do ministério. Como do limão sai limonada, aproveitou para colaborar com Houaiss na redação de verbetes para uma famosa enciclopédia.

UN Multimedia Database

Gestão Azeredo da Silveira

Mas Geisel se preparara para outro momento. Com o choque do petróleo, faltavam divisas e era preciso buscar novas parcerias. Assim como Shigeaki Ueki, o jovem ministro das Minas e Energia, o presidente havia dado posse a um chanceler diferente, que duraria no Itamaraty do primeiro ao último dia do governo: Antonio Francisco Azeredo da Silveira.

De Silveira, o mesmo do pragmático reconhecimento de Angola, veio a decisão de tirar Bernardes do porão e dar-lhe nova oportunidade, ainda que em posto distante.

Bernardes chegou a Manila em julho de 1975 e não demorou para se firmar entre os interlocutores mais valorizados do corpo diplomático . Na chancelaria local, o diálogo, fluido, era com Carlos P. Rômulo, último signatário vivo da Carta da ONU, um dos fundadores da ASEAN . A Espanha, ex-metrópole, sofria as dores da abolição do castelhano como língua oficial e até para isso Bernardes parece ter sido útil: recebeu, ouviu e deu conselhos aos colegas espanhóis na

Obreiro da Política Externa Independente, Lolô Bernardes foi secretário geral do MRE e representante permanente em Nova York nos governos Jânio-Jango

elaboração de relatório que deve ter soado indigesto em Madri.

Bilateralmente, Brasil e Filipinas já haviam acordado a (ainda válida) isenção de vistos para passaportes comuns, ato avançado em momento no qual não faltavam pressões migratórias, a exemplo da empobrecida Coreia do Sul. Tínhamos, enfim, afinidades. Mas, como não poderia deixar de ser, Bernardes também precisaria de alguma sorte.

Promoção comercial

A fortuna começou a aparecer quando uma das famílias milionárias do arquipélago, os Araneta, decidiu trazer carros *knocked-down* (desmontados) da Volkswagen do Brasil para sua fábrica filipina, embalando a inclusão de porto filipino em linha rotineira da Frota Oceânica. Aí, já viu: onde cabe um Fusca cabem umas caixas de fósforos, vidros de palmito, carnes enlatadas... Bernardes, criado no multilateralismo político, não deixou de se entusiasmar por esta "janela para o mundo real" : saiu, sem dificuldades, em defesa da promoção comercial.

As coisas viraram de vez com a chegada de Shigeaki Ueki, em novembro de 1976. O "japonesinho de Geisel", na versão pejorativa de Chico Anysio, viajou para participar da inauguração de fábrica de sinterização mistura do minério de ferro brasileiro com o calcário local para exportar ao Japão.

Todos comemoravam. Os brasileiros, pela abertura de nova página nas vendas à Ásia. Os filipinos, pelos empregos industriais criados. Os japoneses, financiadores, por se livrarem de uma das etapas mais poluentes do ciclo industrial do ferro.

Ueki trazia no bolso o peso do Brasil do Milagre e, no rosto, um olhar que os filipinos consideravam familiar. Era um grande vendedor, como Bernardes não demorou a perceber. "Tenho esse inglesinho macarrônico, mas vou tentar", disse o ministro ao embaixador, com seu sotaque do interior paulista.

Soltou então as três propostas que despertaram o interesse nacional-desenvolvimentista de Marcos: se o senhor tem condição de produzir cana-de-açúcar e precisa importar petróleo, por que não fazer álcool para os carros?; Vi também que o senhor consome um pouco de aço, mas nada que justifique o custo de siderúrgica de grande porte à base de carvão mineral importado. Por que não fazer como a gente lá em Minas Gerais, uma siderurgia modulada e descentralizada, em pequena escala, sob demanda?; Por que não usar, para a pequena siderurgia, carvão vegetal, aproveitando para gerar emprego e reflorestamento?

Arquivo Pessoal

Resultados da visita

A visita de cortesia, que deveria durar 15 minutos, levou 40. Não demorou para alguém lembrar do interesse da esposa do presidente, Imelda Marcos, pela reposição da cobertura florestal. Nem para descobrir que o Ipil-Ipil, abundante nas Filipinas, crescia rápido como o eucalipto.

Cativado, Marcos determinou que Ueki e Bernardes fossem incorporados ao passeio de iate, no dia seguinte, em homenagem à visita da primeira-ministra do Sri Lanka. Coube a Bernardes acomodar as sensibilidades dos representantes de Colombo, enquanto Ueki detalhava ao seu contraparte local o modo de avançar nas três áreas de interesse: álcool, madeira e siderurgia. Entre um *drink* e outro, Marcos dirigia à popa do barco e puxava o assunto. "Então, ministro, conte mais. Como é que faz isso mesmo?"

O resultado foi o anúncio de um comunicado conjunto instruindo imediata troca de visitas técnicas para a apresentação de programas brasileiros e coleta de informações sobre a capacidade filipina, muito avançada na área de reflorestamento, como se constatou. A ideia pegou e previa reciprocidade de aprendizados, como deve ser. Para torná-la realidade, visitaram Manila seguidas vezes, nos meses seguintes, representantes da Vale do Rio Doce, da Belco-Mineira, da Interbrás e da Flonibra. Passou até o músico Sérgio Mendes, que não tinha nada com siderurgia, mas que fez um sucesso tão tremendo que foi obrigado a prorrogar a estada e programar novas turnês para os anos seguintes.

Ficou clara a oportunidade; o bom negócio; o sentido estratégico. Lá como cá, porém, não bastava convencer o homem máximo. A burocracia e as chicanas da vida acabaram por devolver os filipinos ao plano original. Na siderurgia, depois de queda-de-braço, aceitaram novo financiamento japonês e decidiram construir planta das grandes, nos moldes dos países ricos; passando a importar carvão mineral. O programa de álcool, malgrado o forte interesse do Conselho de Desenvolvimento de Energia, logo encontrou interesses antagônicos. A plantação de madeira parou nos testes com o Ipil-Ipil, transportado ao Rio de Janeiro.

Morte súbita

Em 22 de março de 1977, um mês antes de seu 61º aniversário, Carlos Alfredo Bernardes faleceu em pleno sono, na residência oficial em Manila. Assim se frustraram os planos de levar a Azeredo da Silveira, nas férias, o convite que acabara de receber para participar da cerimônia pelos 25 anos da Agência Internacional de Energia Atômica. Além de ter sido um dos coordenadores da Conferência para a criação da AIEA, Lolô Bernardes fora o segundo presidente da Junta de Governadoras da Agência (eleito por unanimidade, em 1958) e um dos primeiros diplomatas brasileiros a se ocupar de energia nuclear.

No momento em que Azeredo da Silveira e Shigeaki Ueki lutavam para defender o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, o que teria significado a presença de Bernardes na cerimônia em Viena? Teria servido o momento para sua remoção a novo posto, como prometido? A moral da história é que apoio dos chefes e boas ideias nem sempre bastam.

40 anos decorridos, Manila ainda enfrenta dificuldades para importar carvão mineral. As guerrilhas, tanto a "moro" quanto a comunista, continuam ativas. O programa de etanol, deslanchado nos anos 2000, aos poucos conquista a adesão de empresários locais. O reflorestamento, sob novos termos e conceitos, voltou à pauta. E o Brasil segue à procura de maiores e melhores parcerias na ASEAN.

Mas que nada, na versão de Sérgio Mendes, ainda toca no rádio.

I. Celso Furtado, Ministro da Cultura do governo Sarney, foi o segundo e último ministro brasileiro a ter visitado as Filipinas, em 1988.

II. Entre os embaixadores estrangeiros que conviveram com Bernardes em Manila estava William H. Sullivan. Em 1977, o Departamento de Estado dos EUA o enviou para o Irã, onde entraria para os livros de história.

III. Carlos P. Romulo ganhou o Prêmio Pullitzer de 1942 por, praticamente, prever o estopim da Segunda Guerra Mundial na Ásia-Pacífico.

IV. Definição utilizada por Rafael Valentino Sobrinho em suas aulas no IRBr. Em 1975, ainda engatinhava a ascensão do DPR promovida por Paulo Tarso Flecha de Lima.

Edson Marinho Duarte Monteiro, Embaixador aposentado
Francisco Figueiredo de Souza, Primeiro-Secretário, está lotado em Brasemb Manila

Ivan Velloso da Silveira Batalha (1930-2017) Recordações de um colega excepcional

Arquivo pessoal

Logo depois de me formar pelo Instituto Rio-Branco, creio que, pela ordem alfabética, fui o escalado da vez, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970, para estagiar na entrada da Secretaria Geral, uma espécie de frente de batalha, para filtrar os muitos demandantes a acesso aos seus dois principais diplomatas ocupantes: Embaixador Jorge de Carvalho e Silva, o Secretário-Geral de Política Exterior, e o Primeiro Secretário Ivan Velloso da Silveira Batalha, seu Chefe do Gabinete (na época, seu título era 'Auxiliar').

Bacharel em Direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, em 1954, Ivan entrou para o Itamaraty em 1958, detentor do Prêmio Rio Branco e da Medalha de Vermeil do Curso de Preparação de Diplomatas. Quando o conheci durante aquela canícula do verão de 1969/1970, ele já havia servido como secretário em nossas embaixadas em Bonn, La Paz e Praga.

Sua fama de 'O Batalha não falha' estendia-se ao seu redor e essa característica era esperada daqueles que trabalhavam sob suas ordens. Ivan sorria raramente naquela época, de tão envolvido que se encontrava com seu trabalho, pois naquela época a equipe daquela secretaria era muito reduzida e se concentrava principalmente em torno de sua pessoa, diferentemente do que ocorre hoje.

Meu estágio foi realizado ainda no Rio de Janeiro, no segundo pavimento do antigo Palácio do Itamaraty, situado na atual Avenida Marechal Floriano, à qual muitos colegas na época continuavam a chamar pelo seu antigo nome: Rua Larga (de São Joaquim). A experiência era intensa para um novato nas entranhas do mecanismo complexo da Casa. Mas era, ao mesmo tempo, enriquecedora e educadora, pois exigia ter sempre presente as diferentes agendas da secretaria, ser versado na matéria tratada, conhecer o relacionamento com as secretarias adjuntas bem como suas diversas pautas e, sobretudo, saber até que ponto havia boa ou má interação pessoal entre os principais atores.

Triagem na agenda

Era necessário, ainda, saber avaliar com rapidez as pessoas que procuravam obter acesso ao Secretário Geral, entre as quais personalidades da República, embaixadores e políticos, bem como rapidamente avaliar e decidir quanto à necessidade e/ou à conveniência de permitir o acesso à sua presença, na época extremamente sobrecarregado de trabalho, diante de uma equipe bem mais reduzida do que os gabinetes que o sucederam.

O curso de preparação do Instituto Rio-Branco não me havia preparado para a função que exercia e a orientação segura e precisa do Ivan Batalha foram essenciais, para que pudesse enfrentar as espinhosas situações criadas diariamente. Essa orientação, ainda que ministrada com seu jeito resmungão e mal-humorado não se limitava a mim e a outros subordinados, como também ao pessoal de apoio e o

jeito que lhe era característico frequentemente servia para inibir frequentadores mais graduados do Gabinete do Secretário-Geral.

Leal escudeiro

Ivan nunca escondeu sua indiscutível qualidade humana, sobretudo enquanto orientava colegas mais jovens, sempre que se dispusessem a entender e a aceitar seus ensinamentos, tão importantes em carreira exigente e cheia de percalços. Foi nesse ambiente que passei a conhecê-lo, esse determinado e implacavelmente leal escudeiro do Secretário Geral, qualidades que aprendi a incorporar e a adaptar para minha própria realidade, durante o resto de minha carreira.

Meu esforço em bem servir acabou em nos aproximar, embora essa vinculação nascente tivesse sofrido interrupção com a minha transferência para Brasília, em fevereiro de 1970, onde a convivência ficou mais afastada, em decorrência do distanciamento ditado pela disposição do novo ambiente de trabalho. Também a separação hierárquica pesou mais em Brasília e se refletiu no contato, retomado meses depois quando ele próprio foi transferido para a capital. Durante o período comum em Brasília, nosso contato diminuiu, em decorrência das crescentes obrigações profissionais do Ivan, que continuava na mesma função anterior embora com carga de trabalho cada vez maior e das minhas tarefas na Divisão das Nações Unidas.

Em 1973, Ivan, com o aval do Embaixador Carvalho e Silva, me removeu para Roma, meu primeiro Posto, para onde eles também foram removidos, poucos meses mais tarde. Graças aos dois, vivi em esplêndido apartamento no próprio Palazzo Pamphili, apartamento esse situado exatamente acima daquele do ministro-conselheiro, agora ocupado pelo Ivan e sua família. Mas não foi apenas a moradia que devia agradecer, mas sim a oportunidade de trabalhar com dois dos mais completos profissionais que a Casa já conheceu.

Portal Atualidades Concurso

Sob a batuta do ministro conselheiro Ivan Batalha, a embaixada brasileira em Roma funcionava como uma orquestra

Perfeição profissional

Durante essa convivência no exterior, pude constatar o desempenho do Ivan como o principal executivo, à frente de embaixada importante. Ele era a perfeição profissional encarnada. Funcionário público exemplar, desempenhou com distinção sua missão de ministro-conselheiro. Era exigente com os diplomatas lotados no Posto, mas sempre justo e imparcial. Sua pontualidade lembrava aquela proverbial de Kant. Ao chegar à sua sala, já havia lido os principais jornais do país e farejava os tópicos importantes para a missão, muito antes que os próprios chefes de setores houvessem tomado conhecimento dos assuntos que lhes competiam.

A embaixada funcionava como uma orquestra, sob sua batuta firme, e, com relação à Secretaria de Estado, passamos a nos antecipar em iniciativas, o que não havia sido o caso fazia anos. Até os adidos militares por ele tinham o maior respeito e se integraram perfeitamente ao expediente comum de promover o Brasil.

Exímio cultor do vernáculo, Ivan sofria com as minutas recebidas de colegas mais jovens, e, muitas vezes, com as de seus colegas mais antigos, identificados pelas iniciais nos despachos recebidos da Secretaria de Estado. Embora sempre muito reservado, uma vez provocado em conversa, invariavelmente impressionava sem alarde ou pretensão os circunstantes com seu conhecimento pertinente à matéria tratada.

Meu despacho com ele era sempre uma ocasião de aprendizado. Além da matéria de trabalho que ele dominava inteiramente, sempre havia aquele mo-

mento pós-despacho, em que ele se reclinava para trás e começávamos a falar sobre algum ponto mais ameno, mas sempre ligado a aspecto de trabalho, ocorrido durante o dia. Nesses momentos, aflorava seu conhecimento de assuntos os mais variados, embora procurasse sempre mantê-los dentro do âmbito de matéria de trabalho.

Como se interessava por tudo que lhe caia nas mãos, seus comentários não podiam deixar de encantar um jovem colega, que se beneficiava desses ensinamentos dificilmente obtidos em outras circunstâncias, mas que lhe serviriam pela carreira afora. A conversa se adensava, até que Romilda, sua secretária, nos interrompia para anunciar outro colega com papéis para despachar. Uma vez de volta na minha sala, era difícil para terceiros perceberem existir relacionamento outro que o funcional, pois no ambiente da embaixada Ivan se transformava no inflexível profissional, pelo qual foi sempre conhecido.

Gestão dinâmica

Durante sua gestão como ministro-conselheiro, aquela velha e digna embaixada floresceu e se rejuvenesceu. Aproveitou-se espaço abandonado no porão e que foi reformado para acomodar professor brasileiro contratado e iniciar cursos de português que passaram a ser dos mais concorridos, dentre os de outras embaixadas em Roma.

Abriu-se, também, ambiente fechado havia anos, para se criar a 'Galeria de Arte da Casa do Brasil', onde, durante os subsequentes três anos foram realizadas mais de 23 exposições individuais de arte brasileira, com obras que variavam desde as mais tradicionais de artistas como Lívio Abramo, Roberto Delamonica e Fayga Ostrower, até aquelas de artistas mais jovens bem como se estabeleceu uma interação com aqueles que haviam participado da Bienal de Veneza.

Mais de 18 concertos com músicos ou música brasileira foram organizados e realizados em salas de concerto da capital italiana, entre os quais a apresentação pela primeira vez de música de compositores do barroco mineiro em igrejas da capital. Falo apenas da área que cobri, mas sei que outros setores da embaixada foram ativados por Ivan de maneira semelhante e que tanto o setor de promoção comercial quanto o político e o econômico foram submetidos a renovada energia.

Mergulho na Cidade Eterna

Mas, nem tudo era trabalho, e ainda que paladino do dever, não deixou o Ivan de aproveitar todos os momentos livres, para aproveitar o que a Cidade Eterna tinha a oferecer. Foi minha sorte ser seu companheiro nesses momentos. Uma vez que os sinos das igrejas na Piazza Navona soavam às cinco horas, invariavelmente meu telefone tocava. Era ele, para saber se eu 'já estava pronto' para nossa caminhada-exploratória diária, pelas vielas de Roma, durante a qual, após parada obrigatória inicial no Caffè Sant'Eustachio, visitávamos igrejas, mostras de arte, lojas de gravuras e, naturalmente, não podia faltar visita à Messagerie Musicali, loja de LPs e fitas cassette de então, situada na via del Corso.

As lojas fechavam às sete, hora de retorno para o jantar, muitas vezes para mim e minha mulher no apartamento de baixo, com os Batalha. Do contato social inicial, desenvolvemos relação de amizade a ponto de eu ter sido convidado para ser padrinho de seu terceiro filho, Luiz Antônio (o 'Lica'), que, tragicamente, veio a falecer com seu irmão menor (José Augusto – o 'Juca') em Brasília, no início dos anos 90.

Portal Port Mobility

A cultura do Ivan era enciclopédica; falava com absoluta firmeza e conhecimento de causa sobre os mais variados assuntos. Muitas vezes, ao sairmos à noite de um cinema em Roma, a sua avaliação sobre o filme a que havíamos assistido lembrava as do Antonio Houaiss, outro profundo conhecedor dessa arte, e de quem, também, sempre se podia esperar uma aula magna.

Homem renascentista

Roma não poderia ter abrigado pessoa mais adequada, pois ele era, de fato, um homem renascentista. Além da música, conhecia a fundo a literatura, a arquitetura, a história e, sobretudo, a história da arte, uma de suas especialidades. Em literatura, o número de obras de autores brasileiros, portugueses e da literatura estrangeira que já havia lido e absorvido equivalia ao que muitas pessoas instruídas não leem durante toda uma vida.

Logo que chegou ao Posto recebeu aulas de italiano e lançou-se na leitura da obra-prima de Alessandro Manzoni, I promessi sposi, no original. Seus comentários após terminar a obra poderiam, perfeitamente, ter sido transformados em importante ensaio crítico. Penso que, dificilmente, haverá outro colega que, removido para Roma, desembarcasse em Fiumicino, já possuidor de tanto conhecimento da cultura, da política e da economia do país.

A grande paixão de Ivan era a música, mas como ouvinte e não como intérprete. Chegou a estudar violino e recebeu de colega mais antigo, Arnaldo de Vasconcellos, um violino de autor de que se orgulhava. Como tudo em que se metia, aprendeu a tocá-lo com competência, embora o resultado sonoro nem sempre agradava, mesmo à Zina, sua mulher, pessoa encantadora, suave e de inteligência arguta e sutil, mãe dedicada e esposa ideal que sabia à perfeição oferecer um contrapeso estável, para um Ivan ebuliente e irrequieto.

O conhecimento musical da Zina não era inferior ao do Ivan e muito aprendi, ao ouvir sua avaliação quanto aos intérpretes de então, tanto cantores como instrumentistas. Dentro do universo da música, o forte do Ivan sempre havia sido a ópera e o Lied alemão que conhecia como poucos. Havia decorado libretos inteiros de muitas óperas dos grandes compositores italianos, franceses e alemães, línguas que falava com fluência.

No início de nossa estada quase coincidente em Roma, os funcionários da embaixada ficavam boquiabertos quando Ivan com eles se comunicava, com enorme facilidade e no italiano mais castiço, ao adaptar os versos dos libretos italianos que conhecia de cor, no seu diálogo com os funcionários italiano na chancelaria, motoristas e contínuos. Impressionava o contraste das frases que empregava, em estilo do século 19 e com alguns termos quase em desuso embora enunciados com a perfeição esperada de cantores de ópera, com o assunto mais corriqueiro.

A construção perfeita da frase, assim como os tempos, modos e vozes passiva e reflexiva dos verbos revelavam uma incrível demonstração de inteligente improvisação e adaptação, cujo resultado sempre transmitia exatamente o que desejava dizer. Não era à toa que o Embaixador Carvalho e Silva frequentemente respondia a pergunta minha com a frase: '... não sei, mas pergunte ao Ivan; ele saberá'.

Fui com os Batalha a muitas óperas, concertos e recitais, em diversas salas locais. Nosso favorito era o Auditorio do Foro Italico, para assistir aos concertos da 'estação pública' (entre 1973 a 1976) da RAI (Radiotelevisão Italiana), em sessões gravadas. Embora sob a denominação 'pública', utilizávamos todos nossos trunfos para conseguir os convites/ingressos (gratuitos), para cada concerto semanal. Ivan se deliciava com esses concertos ao vivo e, ao sair do auditório, sempre tinha alguma observação pertinente quanto às interpretações que havíamos ouvido.

Ainda em Roma, ele começou a ter aulas de canto com conhecida professora de então. Gostava de contar aos amigos mais íntimos que ela lhe confidenciara ser ele 'possuidor de interessante material básico', embora esse termo, bastante ambíguo, deixasse margem a que ouvisse muita pilhéria nossa. Depois de aposentado, Ivan criou em sua casa em Brasília cursos sobre interpretação e gosto musical. Chegou a ministrar ciclos inteiros sobre sinfonias, além de outros temas e sua fama irradiou-se pela capital a ponto de suas aulas terem frequência concorrida.

Excursões culturais

Mas nossas gitas não se limitavam às romarias romanas, pois a cada feriado prolongado, aproveitávamos para viajar, as duas famílias reunidas, em excursões pela Itália: Verona, para assistir a óperas na Arena; Spoleto, para apresentações no Teatro Novo de eventos ligados ao Festival dos Dois Mundos (Gian Carlo Menotti ainda vivia e sempre estava presente); Macerata, para apresentações durante a estação lírica, na Arena Sferisterio; Mantua, para ver e rever os tesouros da cidade e como trampolim para explorar uma Sabbioneta ainda deserta, despoluída das mazelas hoje deixadas pelo turismo organizado.

Durante os meses do verão de 1975, fomos para Pineto, pequeno

balneário no Adriático, onde alugamos uma casa para as duas famílias e de onde fazíamos, ele e eu, alternadamente, a navette semanal necessária, para cobrir o expediente na Piazza Navona. A amostra acima representa apenas isso uma amostra, pois foram incontáveis as ocasiões em que, com nossas famílias, fizemos, juntos, programas, quer viagens pela Itália, quer pelas cercanias de Roma, ocasiões hoje relembradas com nostalgia, pela convivência amiga.

Roma foi nosso único Posto comum no exterior, mas nele aprendi a importância de poder contar com uma chefia preclara, que se distinguia pelo profissionalismo e pela inteligência e que sabia apoiar e aplaudir iniciativas de seus comandados. Pude beneficiar-me dessas qualidades e naquele ambiente propício consegui desenvolver um trabalho pelo qual até hoje me orgulho.

Separação e reencontro

Depois de Roma, fui removido para Sydney onde fui cônsul e Ivan, algum tempo depois, para Bonn, sempre a acompanhar o Embaixador Carvalho e Silva. Durante o interregno de três anos de separação, mantivemos correspondência assídua. Voltamos a trabalhar juntos, na Secretaria de Estado, onde fui seu assessor durante cinco anos, no Departamento da Europa, após o que, exigências da carreira e necessidades pessoais nos separaram, sem que jamais eu tivesse esquecido nosso passado comum e, como disse acima, enriquecedor.

Nossos caminhos se separaram, depois de 1989 segui a minha rotina de Postos pelo mundo. Durante esse período Ivan foi embaixador no Egito e na Hungria, nos quais outros colegas certamente poderão testemunhar suas principais realizações profissionais. O testemunho dos colegas que com Ivan serviram nesses Postos era sempre o mesmo: um diplomata, voltado a fazer de seu Posto um exemplo de realizações profissionais significantes.

Busco ressaltar nessas linhas não apenas o excelente profissional que foi Ivan Batalha, como preservar-lhe a memória e a contribuição silenciosa que nos deixou, como disse acima 'sem alarde ou pretensão'. Certamente, sorriria ele com a ironia mordaz que lhe era peculiar, se ouvisse ou viesse a ler as linhas acima, e, talvez, até me pediria que eu me comedisse... Mas haveria certamente 'aquele' brilho inteligente em seus olhos a significar satisfação.

Assim foi Ivan Batalha, pessoa de invulgares qualidades, mas também com suas contradições, como todos nós, mas que, atrás de seu exterior inescrutável, procurava a todo custo esconder uma sensibilidade rara, aliada a uma generosidade constante. Pertencia ele àquele punhado de seres humanos que deixam uma marca indelével naqueles que tiveram a fortuna de com ele conviver.

Affonso José Santos, Embaixador aposentado

Fondazione Arena di Verona

JUCA chega a 10ª edição, com destaque para os 30 anos da "Constituição cidadã"

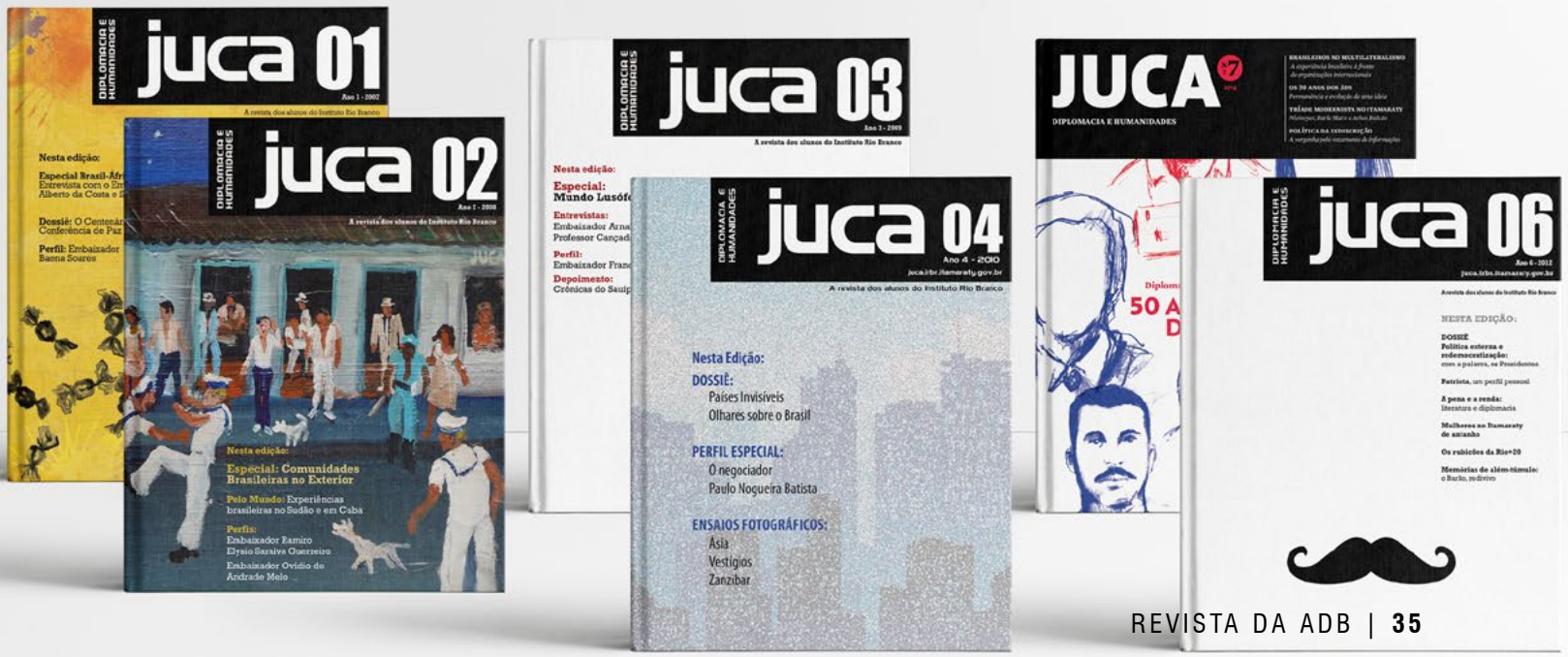
Neste semestre, o Instituto Rio Branco (IRB), ao cumprir uma de suas várias tradições, irá renovar-se: será lançada, em breve, a 10ª edição da "Revista JUCA: diplomacia e humanidades", elaborada pela Turma Bertha Lutz (2015-2017). Instituída em 2006, a JUCA é um meio de expressão criativa dos novos diplomatas. Ao longo de suas páginas, os alunos do IRBr expõem seus pontos de vista sobre os mais distintos temas, tais como cultura, política internacional, direito e economia.

Em razão da liberdade de pauta que oferece aos diplomatas recém-ingressos, a JUCA apresenta ao leitor trajetórias pregressas, inquietações intelectuais e aspirações profissionais das novas turmas. Em seus mais de dez anos de existência, sem qualquer descontinuidade, a revista buscou contar uma versão singular da história do Itamaraty: das entrevistas com os chanceleres aos relatos de *petite histoire*, a publicação é um registro de memórias diplomáticas a serem celebrada.

Na 10ª edição da JUCA, a Turma Bertha Lutz discute os 30 anos da "Constituição cidadã". Os diplomatas-autores se debruçaram sobre os principais temas debatidos na Assembleia Constituinte, bem como analisaram os avanços e percalços de nosso texto constitucional. Colheram, ainda, impressões do chanceler Aloysio Nunes Ferreira sobre nossa democracia e sobre a atual condução da política externa brasileira. Registraram também o legado da patrona da Turma, com uma extensa reportagem sobre a participação de Bertha Lutz na Conferência de São Francisco (1945). Prestaram, por fim, uma singela homenagem ao legado da revista, ao entrevistarem todos os seus editores-chefes pregressos.

Desejamos uma boa leitura aos que se aventurarem nessa história já decenal, escrita a múltiplas mãos.

Secretária Maria Eduarda Paiva de Meira Oliveira, lotada na Divisão da Bolívia e do Paraguai e editora-chefe da revista JUCA nº 10



Rememorar Mandela

Tratar em artigo breve de personalidade da dimensão de Nelson (ou Rolihlahla[1]) Mandela é um enorme desafio. A vida do líder sul-africano foi objeto de incontáveis estudos, artigos, livros, biografias, filmes, peças de teatro, músicas e poesias. Mandela já foi homenageado pelos artistas mais célebres do planeta, em todas as formas possíveis de manifestação cultural. Nestas páginas, partimos da premissa de que homenageá-lo em seu centenário, mais que uma deferência, é uma obrigação, no momento em que testemunhamos o recrudescimento de ideias retrógradas sobre origem, cor da pele, religião, gênero ou orientação sexual, bem como a persistência, em pleno século XXI, de desigualdades que afetam sobretudo a população negra.

A luta pela qual Madiba[2] foi mantido encarcerado por quase três décadas não acabou, mesmo após sua extraordinariamente longa caminhada para a liberdade. Passados tantos anos, a pobreza ainda tem majoritariamente a mesma cor de pele. Como sintetizou o presidente Barack Obama em discurso proferido nas comemorações do centenário de Mandela, "*for far too many people the more things have changed, the more things stayed the same*"[3].

O ano do nascimento de Mandela, 1918, foi também o da criação do Consulado do Brasil na Cidade do Cabo. Em sobrevoo à sua trajetória biográfica observam-se, com efeito, coincidências com marcos da história brasileira e do relacionamento bilateral entre o Brasil e a África do Sul[4]. Em 1948, quando estabelecemos oficialmente relações diplomáticas com a África do Sul , as políticas segregacionistas eram oficializadas, na esteira da vitória do Partido Nacionalista nas eleições "gerais" sul-africanas (para eleitores brancos). Nas palavras de Mandela, "*what had been more or less de facto was to become relentlessly de jure*"[5].

Paralelos históricos

Em junho de 1964, pouco depois de o golpe civil-militar no Brasil derrubar o presidente João Goulart, Mandela era condenado à prisão perpétua no conhecido julgamento de Rivônia, em referência ao local de reunião dos opositores do governo, nos arredores de Joanesburgo. Em 1990, cerca de um mês depois de Nelson Mandela finalmente ter sido colocado em liberdade, tomava posse, no Brasil, o primeiro presidente eleito diretamente desde o regime militar.

No ano seguinte, Mandela já era líder do Congresso Nacional Africano (CNA), movimento sul-africano que, depois convertido em partido, assumiria o governo pós-*apartheid* e ainda hoje comanda o país. Nessa condição, faria uma visita de seis dias ao Brasil, visando, sobretudo, a pressionar o governo brasileiro para manter as sanções contra o governo da minoria

SRzd

branca ainda no poder na África do Sul[6]. Foi em 1996, ano de aprovação da nova Constituição da África do Sul, que Mandela, já então presidente, atuou como anfitrião da primeira visita de um chefe de Estado brasileiro àquele país. E, em 1998, seria também ele a protagonizar a primeira visita de um chefe de Estado sul-africano ao nosso país.

Na ocasião, Mandela acabava não apenas de completar oitenta anos, como também de se casar com Graça Machel, viúva do ex-presidente moçambicano Samora Machel e ativista histórica pelos direitos das mulheres e das crianças. Talvez os amigos, companheiros e contemporâneos próximos de Mandela respondam por parte das razões por que, mesmo detido por quase três décadas, ele tenha mantido impressionante influência e liderança política, e para que sua luta tenha sido alçada a uma das maiores aspirações da humanidade.

Companheiros de luta

Nota-se, de fato, que a história de vida de Mandela se entrelaça com a de outras figuras extraordinárias, cuja coragem e dedicação encontram-se à altura do líder centenário. São os casos de Walter e Albertina Sisulu. Walter, amigo de longa data de Mandela, foi também condenado à prisão perpétua no julgamento de Rivônia, tendo sido libertado em 1989. Albertina, cujo centenário celebra-se igualmente este ano, foi ativa participante do movimento anti-*apartheid* e a primeira mulher presa com base no *General Law Amendment Ac*t, que, datado de 1963, permitia prisões por até 90 dias sem quaisquer acusações formais.

Filha do casal Walter e Albertina é a atual chanceler da África do Sul, Lindiwe Sisulu, com quem o ministro Aloysio Nunes Ferreira se encontrou recentemente, acompanhando reunião do presidente Michel Temer com o presidente sul-africano Cyril Ramaphosa, à margem da X Cúpula do BRICS. Durante a cúpula, aliás, a Embraer inaugurou um moderno centro de treinamento no aeroporto internacional de Joanesburgo, oficialmente denominado Oliver Reginald Tambo.

> A luta pela qual Madiba foi mantido encarcerado por quase três décadas não acabou, mesmo após sua longa caminhada para a liberdade. Passados tantos anos, a pobreza ainda tem majoritariamente a mesma cor de pele

Advogado como Mandela, Tambo foi quem a ele se associou para abrir em Joanesburgo, em 1952, o primeiro escritório do ramo gerido por negros na África do Sul. Quando o governo sul-africano intensificou a repressão aos movimentos subversivos, Oliver Tambo partiu para o exílio, passando a viver, sobretudo, entre Lusaca e Londres, de onde liderou o CNA e desempenhou papel fundamental na obtenção de apoio diplomático, financeiro e militar para a luta contra o regime segregacionista do seu país.

Na estratégia de atuação do CNA, foi também importante o papel do casal Ruth First e Joe Slovo, filhos de imigrantes judeus do leste europeu. Ruth nasceu na África do Sul, herdando de seus pais a combatividade da militância política que a levaria a exilar-se em Maputo, Moçambique. Não chegou a ver o fim do regime contra o qual lutou toda sua vida. Morreu em 1982, ainda no exílio, vitimada por uma carta bomba enviada a mando da polícia sul-africana. Seu túmulo encontra-se no cemitério de Lhanguene, na periferia de Maputo, ao lado daqueles de outros membros do CNA, executados pelo governo do *apartheid* em uma incursão pela cidade moçambicana de Matola, em 1981.

Futuro marido de Ruth, Joe Slovo chegou ainda criança, em 1936, a Joanesburgo – ou "Jewhannesburg", referência antissemita à proeminência econômica alcançada por membros da comunidade judaica. Aos 18 anos, diante da falta de autorização do pai, necessária aos menores de 21, falsificou seus documentos e alistou-se para servir o exército na II Guerra Mundial. Era integrante do Partido Comunista da África do Sul, que se aliou ao CNA na luta contra o regime. Branco comunista, foi comandante do braço armado do CNA, a *Umkontho we Sizwe* ou MK ("A Lança da Nação"). Faleceu em 1995. Seu funeral atraiu cerca de quarenta mil pessoas ao antigo *Orlando Stadium*. Joe Slovo é, ao lado de Helen Joseph, um dos dois únicos brancos enterrados no *Avalon Cemetery*, em Soweto.

Por vezes, apontam-se o abandono dos ideais da não violência e um suposto comprometimento com os interesses dos brancos como máculas na biografia de Mandela. A história, contudo, não nos parece dar margem a tal interpretação. Desde que iniciou sua

Mandela defendeu os princípios da tolerância e da não violência na Assembleia Geral da ONU

trajetória jurídica e política, Mandela manifestou-se a favor de uma sociedade não racial, jamais tendo pretendido "empurrar os brancos ao mar", como muitos temiam em um governo de maioria negra na África do Sul. A reconciliação entre negros e brancos, em uma sociedade fraturada como foi a sul-africana, é uma das maiores conquistas da transição de poder no país, e Mandela teve papel fundamental para alcançar este objetivo e evitar derramamento de sangue em proporções catastróficas.

A veemente defesa da não violência e da tolerância ao longo da vida de Mandela deve-se, em grande medida, a fontes inspiradoras durante sua formação. Figuras da estatura de Mahatma Gandhi e de Albert Lutuli – professor, ativista, chefe Zulu e, posteriormente, Prêmio Nobel da Paz – ajudaram a consolidar em Mandela a consciência quanto à necessidade de convivência pacífica entre negros e brancos e um comprometimento inequívoco com a busca pacífica por mudanças na política segregacionista. Como relata em sua autobiografia, a inclusão da luta armada, com atos de sabotagem e de preparação de uma guerrilha entre as estratégias do CNA para derrubar o governo supremacista branco, resultou do esgotamento de iniciativas não violentas, como greves, queima de passes e ocupação de espaços restritos aos brancos, que eram respondidas pelas autoridades com cada vez mais violência.

A proibição de relacionamentos inter-raciais na África do Sul segregada remete-nos, hoje, ao jovem jornalista e comediante sul-africano Trevor Noah. Em seu livro *Born a crime – stories from a South African childhood*, Noah, nascido em 1984, conta como foi ser filho de mãe negra Xhosa e de pai branco suíço durante o *apartheid* e nos anos após sua derrocada. O relacionamento entre seus pais nunca pôde ser publicamente reconhecido. Em 1927, o Ato da Imoralidade proibira sexo entre brancos e negros e, portanto, crianças pardas também estavam proibidas de existir. Sua mãe costumava levá-lo para brincar em espaços públicos, sempre acompanhado por uma amiga parda, de forma a iludir a polícia. Portanto, o único meio de estar com seu pai era dentro de casa[7].

Racismo sobrevive

Os relatos de Trevor Noah nos recordam que a luta contra a discriminação racial está longe de acabar e que suas causas estão engendradas na desigualdade que caracteriza nossas sociedades. Quase um quarto de século após o fim do *apartheid*, a África do Sul ainda enfrenta desafios para garantir à população negra as mesmas condições de vida desfrutadas pela população branca. A transição de poder liderada por Mandela deixou evidente que a ascensão política da população negra não foi suficiente para assegurar a almejada ascensão econômica, mesmo após a introdução de importantes medidas de inclusão, cujo maior exemplo são as políticas de *Black economic empowerment* (BEE)[8].

Se, na África do Sul, o sistema de segregação racial foi oficialmente desmantelado com o fim do *apartheid*, no Brasil, há quase 30 anos, o racismo é crime. Na esteira da Constituição Federal de 1988, lei federal regulamentou o dispositivo constitucional que tornou imprescritível e inafiançável o crime de racismo[9]. Outras medidas importantes foram tomadas, como o Estatuto da Igualdade Racial (2010) e a Lei de Cotas (2012). A discriminação racial continua se revelando, no entanto, por meio da desigualdade social e das mazelas que dela decorrem.

As diferenças raciais aparecem, entre nós, em praticamente todos os indicadores sociais, como comprova a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do IBGE. Dentre os 10% mais pobres do país, 75% são negros; a taxa de brancos na universidade é praticamente o dobro da de negros. Os índices ligados à violência são especialmente gritantes.

Índices alarmantes

A possibilidade de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior que a de um jovem branco. A taxa de homicídios para mulheres negras aumentou 15,4% entre 2006 e 2016, ao passo que, entre não negras, caiu 8%. A desigualdade das mortes violentas por raça/cor vem se acentuando: de cada 100 pessoas assassinadas, 71 são negras[10]. Apenas 10% dos livros brasileiros publicados entre 1965 e 2014 foram escritos por autores negros; entre os personagens retratados pela literatura nacional, 60% dos protagonistas são homens e 80% deles, brancos[11].

Brasil e África do Sul mantêm parceria estratégica desde 2010, diversificada em várias áreas de atuação. Os dois países colaboram em projetos que envolvem tecnologia de ponta, como é o caso da cooperação para o desenvolvimento de mísseis[12].

Aceitar que sejamos capazes de estruturar parceria tão sofisticada e, ao mesmo tempo, mantenhamos índices alarmantes de pobreza, de falta de saneamento básico e acesso precário à educação e à saúde seria normalizar a desigualdade que afeta justamente nossos grupos populacionais mais vulneráveis – mulheres e negros. Ao diversificarmos e aprofundarmos a parceria, precisamos avançar na caminhada pela liberdade iniciada por Mandela, buscando, também, a promoção de justiça social.

NOTAS

1. Rolihlahla foi o nome dado por seu pai. É um nome isiXhosa, que significa "encrenqueiro". Nelson foi o nome dado por sua professora, Sra. Mdingane, em seu primeiro dia de aula. O costume de atribuírem-se nomes ingleses a crianças africanas estabeleceu-se devido à dificuldade de pronunciação por parte dos colonos britânicos.

2. Madiba, nome do clã ao qual pertencia Mandela, é considerado mais importante que um sobrenome, pois se refere ao ancestral do qual descende uma pessoa. Madiba era o nome de um chefe Thembu que governou no Transkey, no século XVIII.

3. Discurso do presidente Barack Obama por ocasião das comemorações do centenário de Nelson Mandela e Mam' Sisulo. Disponível em: <bit.ly/2xhaSQX>. Acesso em: 7 de agosto de 2018.

4. Disponível em: <bit.ly/2OiAuUQ>. Acesso em: 7 de agosto de 2018.

5. A legação foi convertida em embaixada em 1974 e chefiada por Encarregados de Negócios até 1992.

6. MANDELA, 1994, p.111.

7. Disponível em: <bit.ly/2OiAuUQ>. Acesso em: 7 de agosto de 2018.

8. "Where most children are proof of their parents love, I was the proof of their criminality" (NOAH, 2016, p. 27).

9. An Incomplete Transition: Overcoming the Legacy of Exclusion in South Africa, World Bank Group. Disponível em: <hbit.ly/2lJqlUs>. Acesso em 31 de agosto de 2018.

10. CF 1988, art. 5º, inc. XLII; Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989.

11. Disponível em: <bit.ly/2LpzDzh>. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

12. <bit.ly/2zWHEaS>. Acesso em: 3 de setembro de 2018.

13. Projeto A-Darter, iniciado em 2006, para produção de míssil do tipo ar-ar, com guia infravermelho, de curto alcance (8-12 km). Trata-se de armamento de quinta geração, desenvolvido em conjunto por Brasil e África do Sul, destinado a equipar aeronaves de combate como o Gripen NG.

Secertário Eduardo Roedel Fernandez Silva, Secretária Sarah de Andrade Ribeiro Venites e Conselheira Vanessa Dolce de Faria, lotados na Divisão da África Austral e Lusófona (DIAAL) do MRE

Camões e Machado no palanque

Seleta de citações para uso e abuso em tempos de eleição

Luis de Camões – Os Lusíadas (publicado em 1572)

Que nunca falte um pérfido inimigo
Àqueles de quem fostes tanto amigo!
(Canto I – Estrofe 71)

Que onde reina a malícia, está o receio
Que a faz imaginar no peito alheio.
(Canto II- Estrofe 9)

Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.
(Canto III- Estrofe 138)

Ó glória de mandar, ó vã cobiça
Desta vaidade a quem chamamos Fama!
(Canto IV- Estrofe 95)

E diz que nada tanto o deleitava
Como a voz que seus feitos celebrava.
(Canto V- Estrofe 93)

Fraqueza é dar ajuda ao mais potente.
(Canto IX- Estrofe 80)

Da boca dos pequenos sei, contudo,
Que o louvor sai às vezes acabado.
(Canto X- Estrofe 154)
...inveja.
(Canto X - Estrofe 156 – a última palavra de Os Lusíadas)

Luis de Camões – Cartas

Porque cousas impossíveis, é melhor esquecê-las do que desejá-las.
(Carta III, de Ceuta e da Índia)

Já sabeis que basta um frade ruim para dar o que falar a um convento.
(Carta III, de Ceuta e da Índia)

Onde a razão se governa pela vontade, há muito que praguejar e pouco que louvar.
(Carta III, de Ceuta e da Índia)

Mundo, se te conhecemos
Por que tanto desejamos
Teus enganos?
(Carta III, de Ceuta e da Índia)

Da terra vos sei dizer que é mãe de vilões ruins e madrasta de homens honrados.
(Carta II, mandada da Índia a um amigo)

Nestas viagens da China, mais se ganha no furtado que no ordenado.
(Carta IV, a um seu amigo, em que lhe dá novas de Lisboa)

Luis de Camões – Rimas (publicadas postumamente em 1595)

A vós encheis de glória, e a nós de exemplo.
(Soneto 25)

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o Mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.
(Soneto 45, pg. 284)

Pois... "honra e proveito não cabem num saco."
(Redondilhas 27, Disparates seus na Índia, linha 20)

Ó vós, que sois secretários
Das consciências reais,
Que entre os homens estais
Por senhores ordinários:
Por que não pondes um freio
Ao roubar, que vai sem meio,
Debaixo de bom governo?
(Redondilhas 27, Disparates seus na Índia, linhas 151-157)

Nesta idade cega
Nada permanece:
O que ainda não chega
Já desaparece.
(Redondilhas 86 - Endechas. Sentenças do autor por fim do livro, linhas 61 a 64)

O tempo acaba o ano, o mês e a hora,
A força, a arte, a manha, a fortaleza;
O tempo acaba a fama e a riqueza.
(Soneto 168)

Ó Mundo ingrato, cego, descuidado,
Cheio de falsidades enganosas,
Em pecados e vícios ocupado
(Elegia 6, linha 124)

Que vistes, meus olhos?
Meus olhos, que vistes
Que vos vejo tristes?
(Redondilha 134, linhas 1 a 3)

Joaquim Maria Machado de Assis – Crônicas

Nenhuma reforma se fez útil e definitiva sem padecer primeiro as resistências da tradição, a coligação da rotina, da preguiça e da incapacidade. É o batismo das boas idéias; e ao mesmo tempo o seu purgatório.
(Notas semanais, 7 de julho de 1878, parte I)

Há um falar e dois entenderes.
(Notas semanais, 11 de agosto de 1878, parte I)

Mas o cinismo, que é a sinceridade dos patifes, pode contaminar uma consciência reta, pura e elevada, do mesmo modo que o bicho pode roer os mais sublimes livros do mundo.
(Balas de estalo, 14 de março de 1885)

– Eu, se fosse imperador? Isso agora é mais complicado. Eu, se fosse imperador, a primeira coisa que faria era ser o primeiro cético do meu tempo. Quanto ao caso de que se trata, faria uma coisa singular, mas útil: suprimiria os adjetivos. Os adjetivos passam, e os substantivos ficam.
(Balas de estalo, 16 de maio de 1885)

Corrupção escondida vale tanto como pública: a diferença é que não fede.
(A semana, 25 de dezembro de 1892)

As pequenas dívidas são aborrecidas como moscas. As grandes, logicamente, deviam ser terríveis como leões, e são mansíssimas.
(A semana, 11 de março de 1894)

Toda glória é primavera.
(A semana, 18 de novembro de 1894)

...perdi uma ilusão. Não era grande; mas as ilusões, ainda pequenas, dão outra cor a este mundo.
(A semana, 26 de julho de 1896)

Que sabe um tempo de outro tempo? Que semana pode adivinhar a semana seguinte?
(A semana, 9 de agosto de 1896)

Certamente, uma boa cidade como a nossa não deixa os filhos sem pão; fato ou boato...
(A semana, 20 de setembro de 1896)

E depois não há bancos eternos. Todo banco nasce virtualmente quebrado; é o seu destino, mais ano, menos ano.
(A semana, 4 de novembro de 1897)

Joaquim Maria Machado de Assis - Romances

A primeira glória é a reparação dos erros.
(Ressurreição, 1872, Capítulo II)

O que se não apaga é o futuro.
(Ressurreição, 1872, Capítulo XXIII)

Cada homem vê as cousas com os olhos da sua idade.
(A mão e a luva, 1874, Capítulo II)

Na abastança é impossível compreender as lutas da miséria, e a máxima de que todo o homem pode, com esforço, chegar ao mesmo brilhante resultado, há de sempre parecer uma grande verdade à pessoa que estiver trinchando um peru...
(Helena, 1876, Capítulo XXI)

Alguma cousa escapa ao naufrágio das ilusões.
(Iaiá Garcia, 1878, Capítulo XVII)

Fica privado da estima dos graves e do amor dos frívolos, que são as duas colunas máximas da opinião.
(Memórias Póstumas de Brás Cubas, 1880, Ao Leitor)

Pobre Destino! Onde andarás agora, grande procurador dos negócios humanos?
(Memórias Póstumas de Brás Cubas, 1880, Capítulo LVII)

Contudo, não pude deixar de comparar outra vez o homem de agora com o de outrora, entristecer-me e encarar o abismo que separa as esperanças de um tempo da realidade de outro tempo...
(Memórias Póstumas de Brás Cubas, 1880, Capítulo LX)

Se esse mundo não fosse uma região de espíritos desatentos, era escusado lembrar ao leitor que...
(Memórias Póstumas de Brás Cubas, 1880, Capítulo C)

Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor as batatas.
(Quincas Borba, 1891, Capítulo VI)

O maior pecado, depois do pecado, é a publicação do pecado.
(Quincas Borba, 1891, Capítulo XXII)
Prazos largos são fáceis de subscrever; a imaginação os faz infinitos.
(Dom Casmurro, Capítulo XI)

... a mentira é muita vez tão involuntária como a transpiração.
(Dom Casmurro, 1899, Capítulo XLI)

E a vaidade é um princípio de corrupção.
(Dom Casmurro, 1899, Capítulo XCVII)

Seguiu-se um daqueles silêncios, a que, sem mentir, se pode chamar de um século, tal é a extensão do tempo nas grandes crises.
(Dom Casmurro, 1899, Capítulo CXXXVIII)

Advertiu que o homem, uma vez criado, desobedeceu logo ao Criador, que aliás lhe dera um paraíso para viver; mas não há paraíso que valha o gosto da oposição.
(Esaú e Jacó, 1904, Capítulo XXXIX)

Serve-se muita vez a liberdade parecendo sufocá-la.
(Esaú e Jacó, 1904, Capítulo LXXII)

A realidade é sempre urgente.
(Esaú e Jacó, 1904, Capítulo CVI)

O imprevisto é uma espécie de deus avulso, ao qual é preciso dar algumas ações de graças; pode ter voto decisivo na assembleia dos acontecimentos.
(Esaú e Jacó, 1904, Capítulo CXV)

Não há nada mais tenaz que um bom ódio.
(Memorial de Aires, 1908, 27 de março de 1888)

A diplomacia me ensinou a aturar com paciência uma infinidade de sujeitos intoleráveis que este mundo nutre para os seus propósitos secretos.
(Memorial de Aires, 1908, 12 de novembro de 1888)

Joaquim Maria Machado de Assis – Poesia

"Mudaria o Natal ou mudei eu?"
(Poesias completas, Ocidentais, Soneto de Natal)

Segundo sejas tu miserável ou forte
Áulicos te farão detestável ou puro.
(Poesias Completas, Os animais iscados da peste)

Joaquim Maria Machado de Assis - Contos

... outros Aquiles andam por aí que são da cabeça aos pés um imenso calcanhar.
(Contos Fluminenses, 1869, Miss Dollar, capítulo III)

Discreto como o bom senso.
(Contos Fluminenses, 1869, Confissões de uma Viúva Moça, Capítulo III)

A verdade é essa, sem ser bem essa.
(Papéis avulsos, 1877-1882, Advertência)

A matéria do imposto não foi fácil achá-la; tudo estava tributado em Itaguaí.
(Papéis avulsos, 1877-1882, O Alienista, Capítulo I)

A prudência é a primeira das virtudes em tempos de revolução.
(Papéis avulsos, 1877-1882, O Alienista, Capítulo XII)

Está morto: podemos elogiá-lo à vontade.
(Papéis avulsos, 1877-1882, O Empréstimo)

A venialidade, disse o Diabo, era o exercício de um direito superior a todos os direitos. Se tu podes vender a tua casa, o teu boi, o teu sapato, o teu chapéu, cousas que são tuas por uma razão jurídica e legal, mas que, em todo o caso, estão fora de ti, como é que não podes vender a tua opinião, o teu voto, a tua palavra, a tua fé, cousas que são mais do que tuas, porque são a tua própria consciência, isto é, tu mesmo?
(Histórias sem data, 1884, A Igreja do Diabo, Capítulo III)

Mas o acaso, que é um deus e um diabo ao mesmo tempo...
(Histórias sem data, 1884, Singular Ocorrência)

Vão estudo, inútil esforço. Mergulhava naquele Jordão sem sair batizado.
(Várias histórias, Um Homem Célebre)

Onde quer que o zelo penetrou numa alma subalterna, fez-se cruel ou ridículo.
(Várias histórias, 1896, Viver!)
Sorriu manso e discreto, como devem sorrir os eclesiásticos e os diplomatas.
(Várias histórias, 1896, O Cônego ou Metafísica do Estilo)

A ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel.
(Relíquias de Casa Velha, 1906, Pai Contra Mãe)

Salvo em política, não gostava do mal alheio.
(Relíquias de Casa Velha, 1906, Marcha Fúnebre)

Em tempo de crise é sempre bom mostrar que se anda bem informado.
(Outros Contos, Tempo de Crise, 1873)

Uma das máximas da escola era que, no caso de se não descobrir o autor de um delito, fossem todos castigados; com este sistema, dizia o mestre, anima-se a delação, que deve ser sempre uma das mais sólidas bases do Estado.
(Outros Contos, O Programa, 1882/83, Capítulo I)

José Antonio de Macedo Soares, Embaixador aposentado

Saudações fraternas, Alex!

"Havia bom vinho. Sentados em roda, amigos compartilhávamos o vinho e os camarões e o mar que se abria, livre e luminoso, aos nossos pés. Enquanto acontecia, essa alegria estava já sendo recordada pela memória e sonhada pelo sonho. Ela não terminaria nunca, e nós tampouco, porque somos todos mortais até o primeiro beijo e o segundo copo, e qualquer um sabe disso, por menos que saiba".

(Eduardo Galeano, Livro dos abraços)

Não tem como não pensar no Alex e não lembrar de como ele iluminava até a aula mais maçante do Rio Branco com sua gargalhada contagiante. Impossível não sentir seus abraços inesquecíveis e não ter sido tocado em algum momento de nosso convívio por sua generosidade. Ele era o cara que não economizava gentileza, afeto e companheirismo. Mesmo quando distante, sempre esteve presente nas rodas de conversa, recordado pelo seu jeito expansivo e afetuoso, seu dom de encantar a todos. Lembrado como aquele que tinha o dom de tirar o outro do eixo, até em suas tiradas mais sarcásticas e irônicas, havia uma mensagem de solidariedade, ainda que recôndita.

O Alex carregava um dos maiores corações do mundo, cuidando de todos de quem gostava, sempre com dedicação. Sua passagem por nossas vidas foi tão brilhante que, de certa forma, é difícil escolher uma lembrança, dentre tantas. Cada um de nós tem diversas histórias para contar a seu respeito e muitas memórias a cultivar. A sensação que temos é de que nossa amizade era de longa data, como se o reencontro no Rio Branco fosse um entre tantos outros.

O Alex tinha a capacidade de fazer qualquer um se sentir bem-vindo. Recebendo a todos com seus abraços fortes e seus beijos estalados, repletos de amor. Nunca media distâncias quando o assunto eram seus amigos. Rodou o mundo atrás deles, às vezes permanecendo ao nosso lado apenas por um breve instante, por uma taça de vinho, por um beijo, ou por mais um abraço. Transbordava uma força vital que era inesgotável. E hoje carregamos em cada um de nós um pouquinho dessa força inspiradora. Com o Alex, aprendemos a celebrar mais a vida, a amizade, os pequenos grandes momentos. Pois ele soube viver com intensidade.

No fim, partimos todos para a longa viagem sem estarmos ainda concluídos. O legado de afinações que o Alex nos deixa terá feito musicar, mesmo aos insensíveis, novas melodias sobre o afeto. E quando nós, grisalhos, buscarmos, nas memórias empalidecidas, os momentos mais brilhantes de nossas "longas" existências, é provável que ouçamos a voz grave do Alex, em tom de chacota, a dar-nos o derradeiro tranco:

"- Amigo, já deu, né? Pelo amor de Deus!"

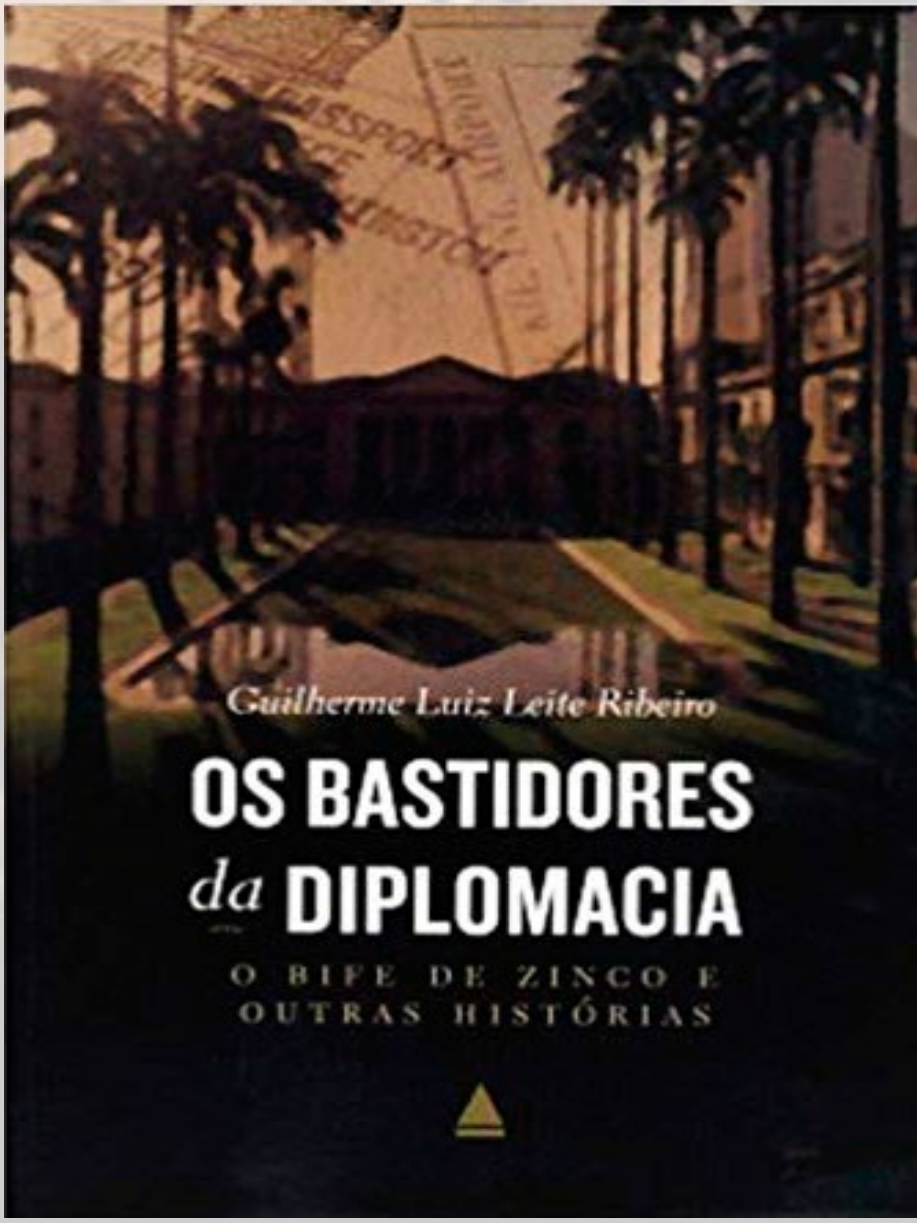
Arquivo pessoal

Autores: Turma IRBr 2008

Um diplomata de salão

Segundo o embaixador Heitor Lyra, João Gabizo de Coelho Lisboa – ele fazia questão do "de" que, por conta própria, acrescentara ao nome para sentir–se nobre – reconhecia a sua "absoluta incapacidade para o desempenho de qualquer trabalho sério na chancelaria". "Como funcionário da embaixada – costumava dizer com a mais santa das inocências – tenho minhas deficiências; mas como diplomata de salão não há quem se me iguale." "Eu cá sou esnobe; quero ser esnobe!" repetia freqüentemente, como se alguém aplicasse a si próprio esse termo [...] Lembro-me de uma ocasião em que, não percebendo eu de todo, em um dos ditos ofícios, qual a idéia que expunha, pedi-lhe que me explicasse. Respondeu-me ingenuamente: "São palavras que encontrei no dicionário."

De certa feita, "realizou-se uma noite na embaixada um banquete em honra ao presidente da República Portuguesa, marechal Carmona [...]. Seguiu-se uma recepção [...]. Em dado momento, Coelho Lisboa, demonstrando seus dotes de *diplomata de salão*, perfilou-se todo, endireitou o monóculo, empertigou-se ainda mais na cinta que usava e lhe apertava bem o corpo, e, apresentando a esposa do presidente a uns oficiais ingleses, disse-lhes: *Can I introduce you Lady Carmona? "Lady"*. Carmona era uma pacata sexagenária, natural de Trás-os-Montes, merecedora certamente do maior respeito, mas desprovida de qualquer pretensão social e de todo traço de vaidade feminina. Sim, o rapaz não era lá muito forte em redação de ofícios e nem sequer apto a formular um telegrama. Mas como *diplomata de salão*..."



Trecho de *Os bastidores da diplomacia: o bife de zinco e outras histórias, do* embaixador **Guilherme Luiz Leite Ribeiro**

EPITACIO PÊSSOA: NA EUROPA E NO BRASIL

PARDELLAS, Carlos Alberto Pessôa
(Brasília: Funag, 2018, 544 p.; ISBN: 978-85-7631-758-6; História Diplomática)

O livro está dividido em duas partes: as 250 páginas do "diário de viagem" na Europa, entre 28 de março e 10 de novembro de 1897, aos 32 anos, uma espécie de "ano sabático" entre suas atividades políticas na Paraíba e no Congresso, reeleito, mas não empossado em 1894, por obra da famigerada Comissão de Poderes da Câmara, o que lhe induz a viajar pela Europa; a segunda, outras tantas páginas de introdução e uma detalhada biografia escrita por seu neto, o embaixador Pardellas, que soube colocar em evidência, não tanto o guia de viagens do avô, mas sua extraordinária carreira política, estendendo-se por três regimes, incluindo a sua participação na conferência da paz de Paris e a presidência da República, de 1919 a 22. Uma apresentação do embaixador Costa e Silva e um prólogo do ex-ministro Francisco Rezek, enriquecem a obra.

A OCDE EM ROTA DE ADAPTAÇÃO AO CENÁRIO INTERNACIONAL: PERSPECTIVAS PARA O RELACIONAMENTO DO BRASIL COM A ORGANIZAÇÃO

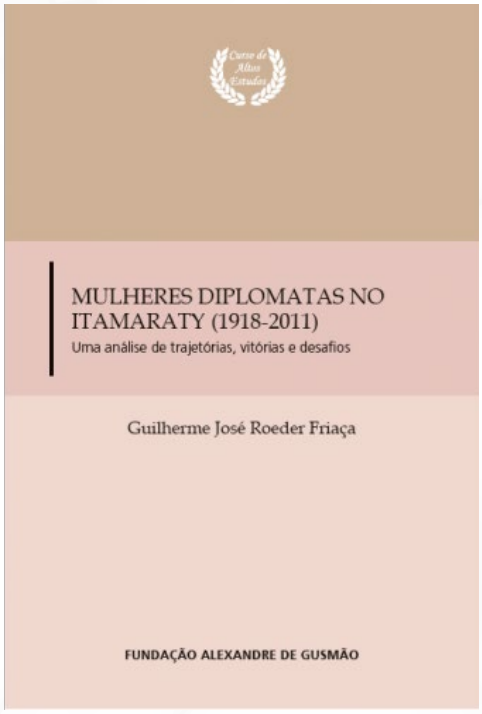
GODINHO, Rodrigo de Oliveira
(Brasília: Funag, 2018; 319 p.; ISBN: 978-85-7931-764-7; Curso de Altos Estudos)

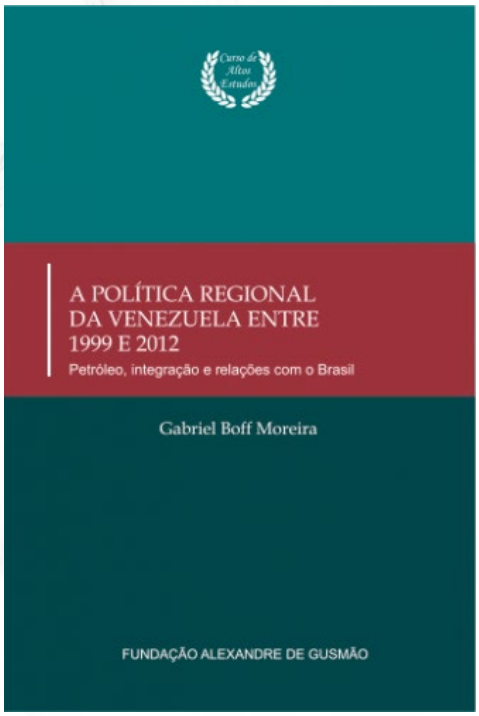
No momento em que o Brasil, reforçando sua aproximação iniciada vários anos antes, mas com novo impulso a partir de 2015, resolve solicitar formalmente seu ingresso na organização do Chateau de la Muette, em Paris, o diplomata e economista Godinho, atual assessor internacional do ministro da Fazenda, efetua um levantamento completo das características, adaptação e transformações da OCDE (3/4 da obra) e oferece, no 1/4 restante, um exame meticuloso do processo de aproximação gradual e das perspectivas de relacionamento do Brasil com a entidade. Um anexo informa sobre todas as instâncias de participação do Brasil, ou seja, os seus diferentes órgãos, mas sem as datas respectivas de acesso ou de adesão como observador ou membro. Trata-se do mais atualizado guia sobre o que nos resta fazer para sermos, enfim, aceitos na OCDE.

MULHERES DIPLOMATAS NO ITAMARATY (1918-2011): UMA ANÁLISE DE TRAJETÓRIAS, VITÓRIAS E DESAFIOS

FRIAÇA, Guilherme José Roeder
(Brasília: Funag, 2018, 385 p.; ISBN: 978-85-7631-766-1; Curso de Altos Estudos)

São poucos os trabalhos até aqui dedicados à presença feminina no universo funcional do Itamaraty, mas a publicação de algumas teses e pesquisas, e a criação de um Grupo de Mulheres Diplomatas, com amplo programa de trabalho, testemunham o reforço e a extensão gradual das atividades e representação ligadas a gênero, cem anos depois que Maria José de Castro Rebello Mendes adentrou vitoriosa na carreira, seguida por muitas outras, mas não sem uma longa luta pela igualdade e reconhecimento. A tese de Friaça cobre três grupos sucessivos de mulheres: o grupo "das 20", as pioneiras, entre 1918 e 1938, com um longo intervalo até o segundo, a "segunda geração", entre 1954 e 1988, e finalmente a "nova geração, a partir de 1988, com a modernização da legislação pertinente. Thereza Quintella, batalhadora da "segunda", apresenta a obra.





A POLÍTICA REGIONAL DA VENEZUELA ENTRE 1999 E 2012: PETRÓLEO, INTEGRAÇÃO E RELAÇÕES COM O BRASIL

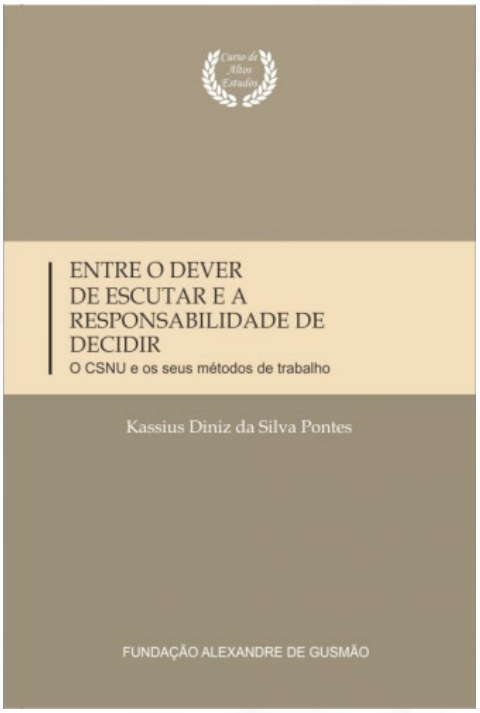
MOREIRA, Gabriel Boff
(Brasília: Funag, 2018, 355 p.; ISBN: 978-85-7631-765-4; Curso de Altos Estudos)

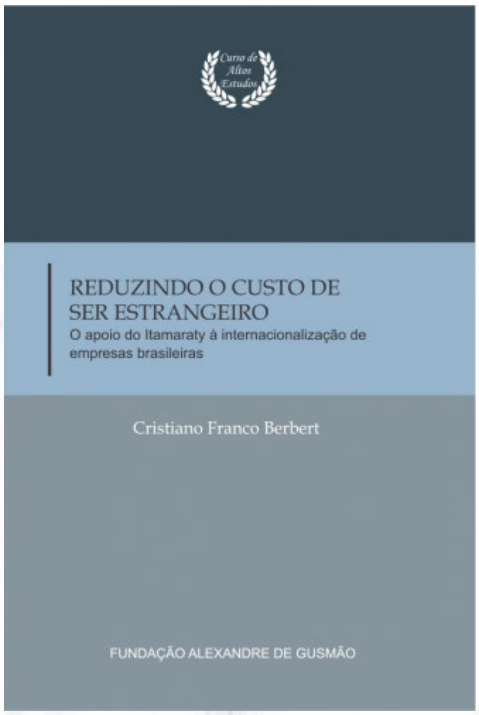
Treze capítulos em quatro partes cobrem os importantes temas desta tese que cobre a gestão Hugo Chávez na infeliz trajetória da Venezuela, de sua relativa riqueza ao afundamento econômico e político, antes mesmo que tudo virasse uma tragédia humana incomensurável. A maldição do petróleo perpassa a trajetória cleptocrática do país vizinho, mas não esgota as questões da política externa regional bolivariana, que passam ainda pelo apoio do lulopetismo diplomático à adesão do país ao Mercosul, em 2012. O título da Parte IV é autoexplicativo: "Do céu ao inferno: os limites do modelo", ou seja, da diplomacia petroleira e seus estranhos aliados, inclusive o próprio governo companheiro, empenhado em forjar uma "aliança estratégica", que pode ter reforçado a sobrevivência de um regime claramente esquizofrênico.

ENTRE O DEVER DE ESCUTAR E A RESPONSABILIDADE DE DECIDIR: O CSNU E OS SEUS MÉTODOS DE TRABALHO

PONTES, Kassius Diniz da Silva
(Brasília: Funag, 2018, 395 p.; ISBN: 978-85-7631-762-3; Curso de Altos Estudos)

O eventual ingresso do Brasil, como membro permanente do CSNU, constitui uma das mais antigas obsessões diplomáticas brasileiras, como aliás já tinha sido o caso quando da Liga das Nações. Esta tese não entra nessa angústia, mas analisa os métodos de trabalho, formais e informais, aparentemente insuficientes para encaminhar crises tão devastadoras em sofrimentos humanos como as do Afeganistão, do Iraque, da Líbia e da Síria. O P-5 não é nem eficiente, nem transparente, e o direito de veto que possuem os seus membros continua tão intocável quanto sempre. A despeito de todas as falhas, o CSNU é o único órgão que assegura que paz e segurança internacionais não sejam ainda mais precárias do que já são, no cenário de "anarquia" das soberanias. O Brasil acha que só uma reforma de ampliação melhoraria os métodos do CSNU; o impasse continuará...





REDUZINDO O CUSTO DE SER ESTRANGEIRO: O APOIO DO ITAMARATY À INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS

BERBERT, Cristiano Franco
(Brasília: Funag, 2018, 300 p.; ISBN: 978-85-7631-763-0; Curso de Altos Estudos)

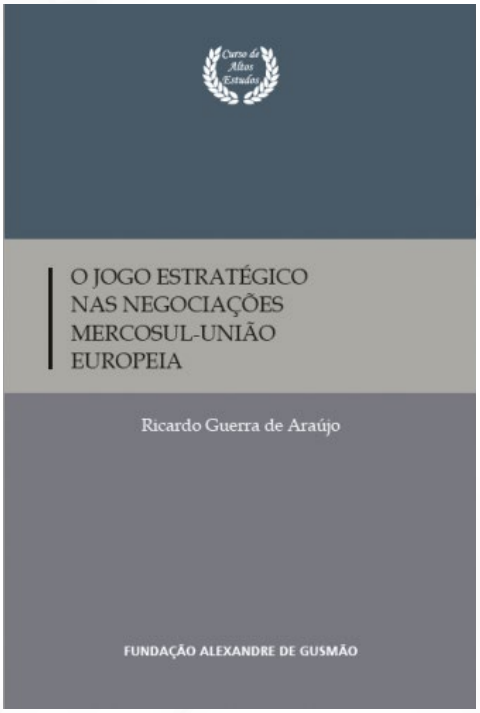
O Brasil é um país notoriamente protecionista e mercantilista, pelas políticas nas áreas comercial e industrial. O que não impede que empresas, atuando no nível micro, busquem sua internacionalização, pois sabem das oportunidades existentes. Existe, em todo caso, um "custo de ser estrangeiro", e o Itamaraty também precisa atuar com esse foco, como demonstra esta tese voltada para a prestação de serviços nessa área, de inteligência (ou seja, de informação), de networking (contatos com parceiros externos) e de legitimação, que implica sofisticação e envolvimento dos diplomatas nessas tarefas. A tese partiu de entrevistas com ex-diretores do DPR – que completou meio século já – e baseou-se em contatos estruturados com executivos brasileiros, bem como com funcionários de outros órgãos. O resultado é um verdadeiro "how to do" nesse setor.

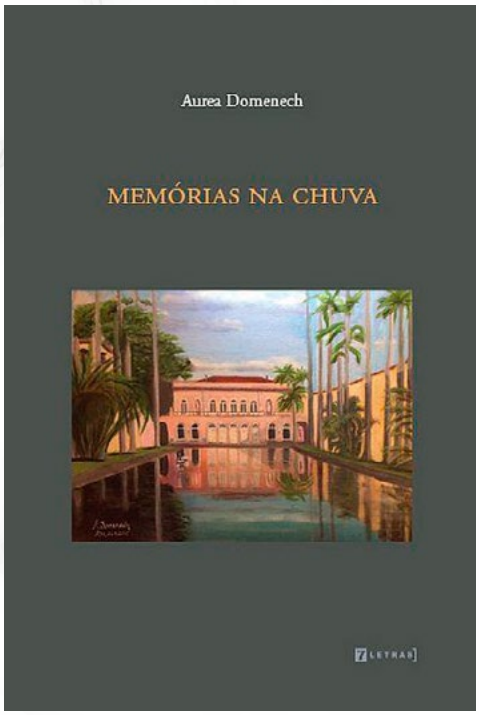
MSC Paulo Roberto de Almeida, diretor do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI-Funag)

O JOGO ESTRATÉGICO NAS NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

ARAÚJO, Ricardo Guerra de
(Brasília: Funag, 2018, 385 p.; ISBN: 978-85-7631-759-3; Curso de Altos Estudos)

Duas únicas uniões aduaneiras figurando no quadro dos esquemas de integração regional tentaram durante duas décadas concluir um acordo de liberalização comercial, sem sucesso até o momento presente. Se existe algum jogo estratégico nas negociações entre a UE e o Mercosul, ele não funcionou, portanto, a despeito de semelhanças aparentes entre os dois blocos; isso não impediu que o congelamento do processo entre 2004 e 2009 (a tese é de 2006) se estendesse na prática, mesmo após a retomada dos esforços, como deixa entender o negociador atual pelo Brasil, que assina o posfácio (de fevereiro de 2018): ceticismo da Comissão de Bruxelas, protecionismo agrícola aqui e ali, oposição do setor industrial brasileiro, tudo concorre para manter o antigo estado de hibernação. Antes havia a "ameaça" da Alca; agora nem isso: teremos mais letargia...





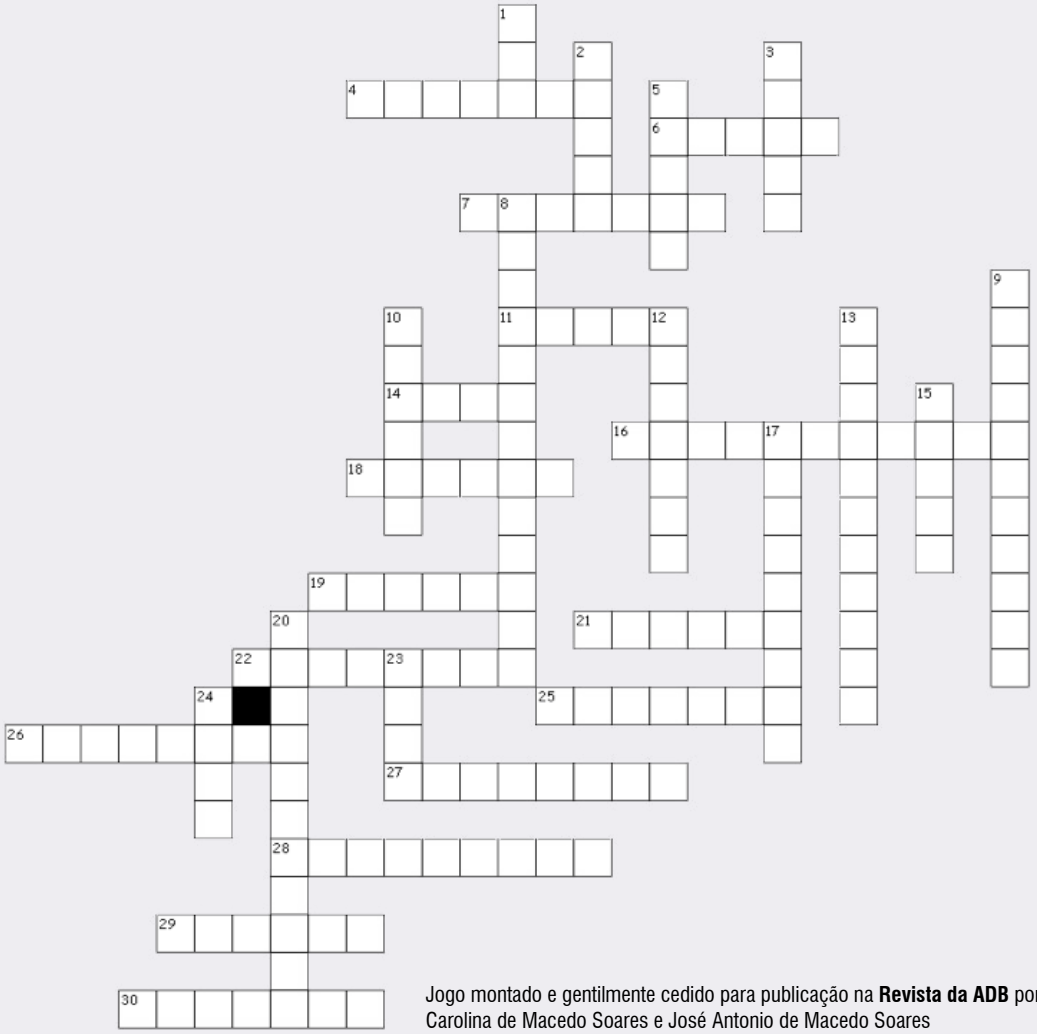
MEMÓRIAS NA CHUVA

DOMENECH, Aurea
(Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017, 158 p.; ISBN: 978-85-421-0584-31)

A coletânea de suas poesias vem ilustrada por pinturas da própria autora, tendo na capa o Itamaraty do Rio de Janeiro, pois ela é do serviço exterior brasileiro. 27 poemas na seção inaugural, "Literatura e liberdade", des outros na seguinte, "Memórias na chuva", seguidos de 73 sonetos, incluindo um sobre os "cisnes brancos do Itamaraty" e duas outras seções finais: uma de poemas em outras línguas, combinando inglês, francês e português, e outra de traduções (Michelangelo Buonarroti e Victor Hugo). O prefácio é de Olga Savary, e a "Fortuna crítica", ao final, reúne escritores e artistas do Brasil, dos Estados Unidos e da Unicef. O conjunto revela um seguro domínio da escrita com sensibilidade; a feliz fusão entre beleza e liberdade demonstra um longo convívio com a arte da palavra, percepção apenas visível nos verdadeiros artistas.

Contatos: pralmeida.org | diplomatizzando.blogspot.com | pralmeida@me.com

Protocolo, cerimonial e afins em 30 palavras cruzadas



Jogo montado e gentilmente cedido para publicação na **Revista da ADB** por Carolina de Macedo Soares e José Antonio de Macedo Soares

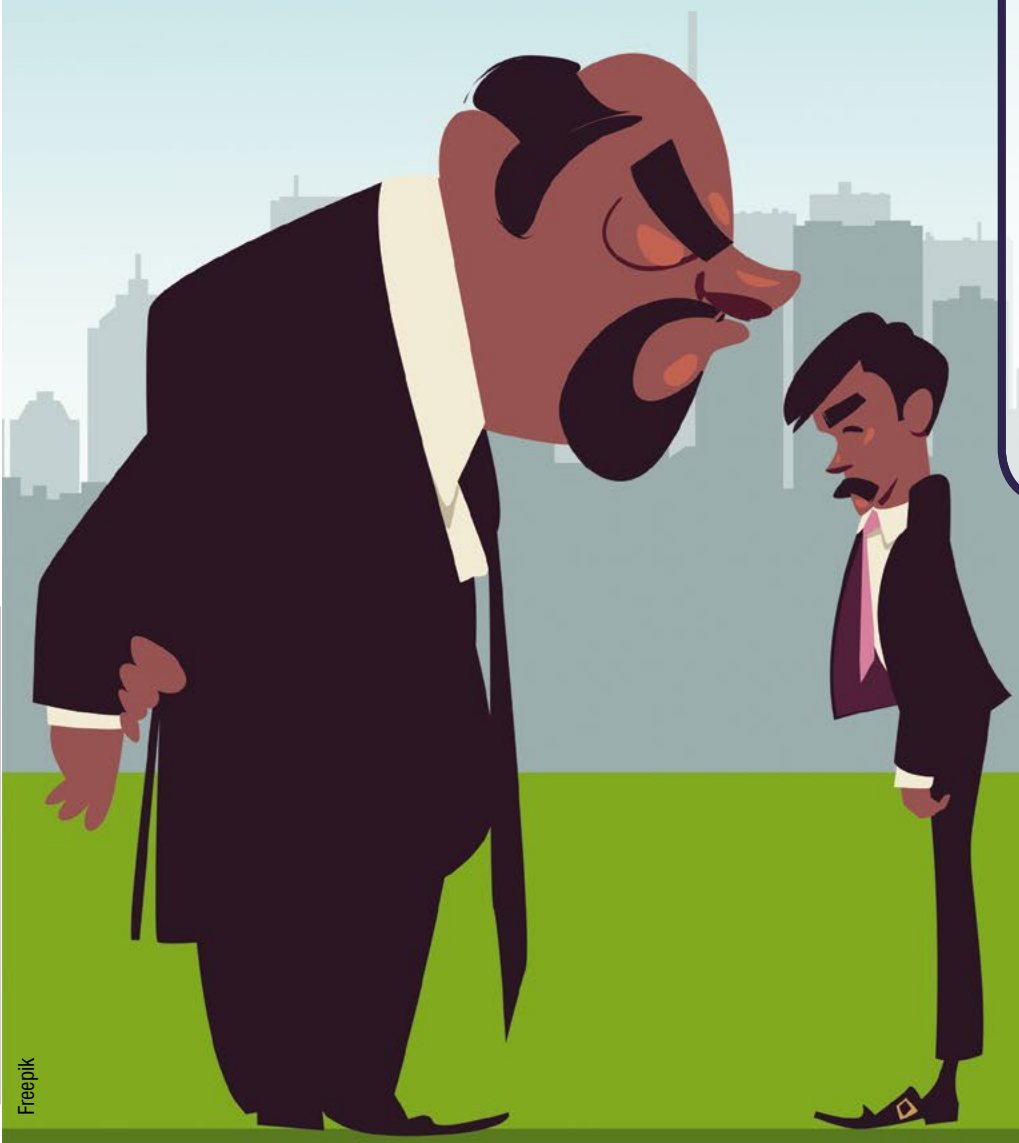
1. CFN | 2. Salva | 3. Selva | 4. Lavanda | 5. Bahia | 6. Asilo | 7. Espadim | 8. Santos Dumont | 9. Rolls Royce | 10. Jaburu | 11. Toque 12. Exórdio | 13. Precedência | 14. Boys | 15. Tattoo | 16. Credenciais | 17. Exequator | 18. Brinde | 19. Decano | 20. Continência 21. Caiena | 22. Sousplat | 23. Popa | 24. Sete | 25. Barroso | 26. Agrément | 27. Alvorada | 28. Espórtula | 29. Núncio | 30. Portaló

1) ADSUMUS (3)
2) Tiro de canhão no cerimonial militar (5)
3) Cumprimento utilizado pelos militares na Amazônia (5)
4) Pequena tigela com água perfumada para lavar as pontas dos dedos (7)
5) Na ordem de constituição histórica, o primeiro Estado da Federação (5)
6) Proteção que um Estado concede a pessoas que não são nacionais seus e cuja vida ou liberdade estejam em perigo (5)
7) Arma que faz parte do fardão diplomático (7)
8) Sediada em Brasília, a Companhia de Cerimonial da Força Aérea Brasileira (13)
9) Posse presidencial – carro do PR (11)
10) Residência oficial do Vice-PR (6)
11) Música de corneteiro militar (5)
12) Parte inicial do Hino Nacional tocada somente em homenagem ao PR (7)
13) Quem vem antes ou depois de alguém (11)
14) Marinheiros em formatura em cerimonial de recepção ou de despedida (4)
15) Exibição de bandas militares (6)
16) Carta pela qual um Chefe de Estado acredita um enviado junto a Governo estrangeiro (10)
17) Autorização que um chefe de Estado confere a um cônsul para exercer as funções que lhe foram confiadas (9)
18) Em almoço ou jantar, pequeno discurso de bons votos endereçado ao homenageado ou ao seu País (6)
19) O mais antigo (6)
20) Cumprimento militar (11)
21) A 2ª Bateria de Obuses do 32° Grupo de Artilharia de Campanha possui como principal missão a realização de atividades de Cerimonial (6)
22) Base para os pratos durante a refeição (8)
23) Local onde hastear o pavilhão nacional em navio de guerra quando no porto (4)
24) Na Marinha de Guerra, número de vivas de apito que constituem a honra máxima (4)
25) Riachuelo/11 de junho/Sinais de quem? (7)
26) Informação de que foi autorizada a atividade de determinado embaixador (8)
27) Residência oficial do PR (8)
28) Gratificação em dinheiro dada a uma Igreja por realizar alguma cerimônia (9)
29) Embaixador do sucessor de Apóstolo Pedro (6)
30) Local de embarque ou saída de bordo (7)

ASSÉDIO NO TRABALHO É CRIME!

A ADB alerta aos(às) diplomatas sobre condutas inadequadas no local de trabalho. Tomem nota de algumas atitudes que configuram assédio moral ou sexual.

- Elogios por razões não associadas ao trabalho, que causam incômodos.
- Comentários sexistas que lhe diminuem como profissional.
- Tratamentos com condescendência, supondo fragilidade ou inteligência menor que os demais.
- Gritos ou palavras que causem humilhação diante de outros.
- Colocar a mão no seu corpo sem que você autorize.
- Propostas sexuais não solicitadas.



Freepik

ADB

VAMOS PREVENIR, COMBATER E DENUNCIAR O ASSÉDIO!

ADB | ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMATAS BRASILEIROS

ADB SINDICAL

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios - Palácio do Itamaraty | Anexo I, 3º Andar, Sala 329 A
Brasília – Brasil | CEP: 70170–900
Telefones: (61) 2030-6950 / 3224-8022
secretaria@adb.org.br | www.adb.org.br